

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – STRICTO SENSU

CRISTIANA KELLY DOS SANTOS

**A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO LAGEANO DE HABITAÇÃO NA
ADMINISTRAÇÃO “A FORÇA DO POVO” (1977-1982): PROCESSO DE
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

LAGES SC

2012

CRISTIANA KELLY DOS SANTOS

**A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO LAGEANO DE HABITAÇÃO NA
ADMINISTRAÇÃO “A FORÇA DO POVO” (1977-1982): PROCESSO DE
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação- PPGE, da Universidade do Planalto Catarinense, como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks.

LAGES SC

2012

CRISTIANA KELLY DOS SANTOS

**A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO LAGEANO DE HABITAÇÃO NA
ADMINISTRAÇÃO “A FORÇA DO POVO” (1977-1982): PROCESSO DE
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação- PPGE, da Universidade do Planalto Catarinense, como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks (orientador) - UNIPLAC

Prof^ª. Dr^ª. Zilma Isabel Peixer (convidada) - UFSC

Prof^ª. Dr^ª. Lucia Ceccato de Lima (Titular do PPGE) - UNIPLAC

Prof. Dr. Geraldo Antonio da Rosa (suplente do PPGE) - UNIPLAC

LAGES

2012

DEDICATÓRIA

À meus pais, Santílio (in memorin) e Anadir, pessoas especiais e importantes na minha vida, exemplo de pais. A meu esposo Márcio Koehler que compreendeu em alguns momentos dividir as responsabilidades de escrever uma dissertação. Aos moradores do bairro habitação que participaram das entrevistas e com satisfação dividiram a história do processo de construção das moradias. Ao Sr. Dirceu Carneiro, Cândido Bampi, Vanei Ribeiro e Sérgio Sartori, pelos depoimentos concedidos à esta dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa se deu no campo da história da educação não formal, no município de Lages Santa Catarina, mais especificamente no bairro Habitação, onde se desenvolveu o Projeto Lageano de Habitação. A região serrana e Lages estavam passando por uma crise econômica, que alguns autores chamam de crise no ciclo da madeira. Várias serrarias da região estavam encerrando suas atividades, devido à falta de matéria prima a araucária. No mesmo ano havia uma movimentação política para a escolha dos possíveis candidatos a eleição de 1976 para Prefeitura Municipal de Lages. O vice-prefeito - Dirceu Carneiro seria uma das escolhas do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a prefeito. No pleito municipal Dirceu Carneiro foi eleito. Lages encontrava-se no meio de uma crise econômica e onde sua população aumentava significativamente. A razão deste crescimento se atribui ao êxodo rural, principalmente de ex-funcionários das serrarias que residiam no meio rural, em torno das serrarias lá instaladas e que, na ocasião encerravam suas atividades. Vinham em busca de novas oportunidades migrando para Lages. O problema habitacional torna-se então um dos desafios da administração municipal de Dirceu Carneiro. Embora Juarez Furado em sua gestão tenha construído o projeto COHAB, problema habitacional ainda persistia. Dirceu conhecia a realidade econômica de Lages, e sabia que realizar um projeto semelhante ao executado por Juarez não resolveria o problema habitacional. A população sem moradia não teria condições de pagar, pois muitas dessas famílias estavam desempregadas. Em meio a tantas dificuldades Dirceu, convoca alguns secretários para juntos buscarem soluções aos problemas da administração municipal, e juntos formam a equipe “A Força do Povo”. É desta equipe que nasce o Projeto Lageano de Habitação. Analisar a constituição do Projeto Lageano de Habitação pela Administração “A Força do Povo”, protagonizado pela administração municipal e pelos moradores envolvidos, caracterizando nesta ação coletiva processos de educação não formal, é o objetivo geral desta pesquisa. A história da minha família tornou-se um dos principais incentivos a pesquisar a constituição do Projeto Lageano de Habitação. Ter morado no bairro durante vinte e quatro anos e, neste período, ter participado de vários projetos originários do Projeto Lageano de Habitação e, finalmente, ter a satisfação de estudar e entender as diretrizes que orientaram a administração municipal “A Força do Povo”. As dificuldades enfrentadas pelas famílias que assumiram o Projeto na sua fundação, foram enormes. Os desafios com os quais se deparou a administração municipal merecem ser estudados. A metodologia da pesquisa foi, na primeira etapa, quantitativa identificando o número de famílias beneficiadas em 1978 com o Projeto e que ainda residem no bairro

Habitação. Na segunda etapa, qualitativa realizada com uma amostra do total de moradores remanescentes da construção do Projeto e também com quatro integrantes da equipe “A Força do Povo”, o prefeito da época - Dirceu Carneiro, com o secretário de obras - Cândido Bampi, secretário de material e manutenção - Vanei Ribeiro, e com o servidor público municipal - Sergio Sartori. Vários autores já escreveram sobre o Projeto Lageano de Habitação, porém nosso olhar foi sobre a educação não formal, encontrada no convívio dos moradores, na relação com o vizinho, com o funcionário da prefeitura. O resultado da pesquisa quantitativa, passado mais de trinta anos da inauguração do Projeto, identificou que das 690 famílias beneficiadas, menos de 20% destes moradores ainda residem no bairro. A satisfação identificada nesses moradores remanescentes em terem feito parte do Projeto, em dividir sua história de sobrevivência em meio ao desemprego, a crise econômica, a ditadura militar, o comprometimento do povo esquecido pelos governos federal e estadual e ouvido e convidado a participar do Projeto pela administração municipal. O bairro Habitação foi concretamente um dos lugares Dirceu fez cumprir o slogan da sua campanha para prefeito - “Lages a Força do Povo”.

Palavras-chave: Educação não formal. Projeto Lageano de Habitação. Participação popular. Mutirão.

ABSTRACT

This research aims the field of non-formal education's History in the city of Lages, state of Santa Catarina, more specifically in the neighborhood called "Habitação" where it developed the housing project called "projeto lageano de habitação". The mountain region and Lages are going through an economic crisis, which some authors name as being the crisis in the wood cycle. A number of sawmills in the region have been closing down due to the lack of raw material: the Brazilian pine. In the same year, there was a political movement for choosing potential candidates for the elections in 1976 regarding the city hall of Lages; vice mayor Dirceu Carneiro would be one of the chosen ones of the party MDB (Brazilian Democratic Movement) to become the mayor. In the local elections, Dirceu Carneiro is elected mayor of the city of Lages. "Mountain Princess" – as Lages is affectionately called by some authors, is in the middle of an economic crisis and its population is significantly increasing, the reason for this growth is supposed to be the exodus of former sawmill workers who are seeking new opportunities and moving to Lages. The housing problem was one of the challenges faced by the local government of Dirceu Carneiro, but already existed in the administration of Juarez, who tried to minimize it through the construction of houses for families with a monthly income of three minimum wages with the project called "COHAB". Dirceu was aware of the economic reality of Lages and knew that making a similar project as the one runned by Juarez would not solve the housing problem at all, because the homeless population would still be unable to afford it because many families are unemployed. Amidst all these difficulties Dirceu, calls some secretaries to solve the problems of the local government, and together they form the team called "A força do povo." It is this team that gave birth to the Housing Project called "Projeto Lageano de Habitação", subject matter of this dissertation. Analyzing the establishment of the Housing Project by the local government "A força do povo" carried out mainly by the city administration and the residents involved in the project to build dwellings from 1978 to 1982, characterized non-formal education processes in this collective action, which is the aim of this research. The story of my family became one of the main incentives to research the establishment of the mentioned Housing Project; I have been living in the neighborhood for about twenty-four years and during this period I also have participated in several projects which came from the Housing Project; finally I have been pleased to study and understand the guidelines that have oriented the local government known as "A força do povo". The difficulties faced by my family and other ones who took on the project since its foundation were enormous and so were the challenges faced by the local government. The research methodology will be a first quantitative stage, identifying the amount of beneficiary families in 1978 with the task force and who still live in the neighborhood called "habitação", and a second qualitative stage study will be conducted with a sample of all remaining residents of the construction of the Housing project called "projeto lageano de habitação" and with four members of the Team "A força do povo" and the mayor in that period: Dirceu Carneiro, the secretary: Candido Bampi, the Secretary of material and maintenance: Vanei Ribeiro and the government employee Sergio Sartori. After interviewing the local people, we happened to see the project as a way of educating through the construction of dwellings, where many authors now write about this Housing Project, this perception will be a non-formal education, found in the living of residents, in their relation with the neighbors and the employees from the city hall. The result of the quantitative research was lower than expected, because more than thirty years have passed since the opening of the Housing Project of the 690 families benefited with houses built through a task force effort, less than 20% of these residents still live in the neighborhood "habitação". However, the satisfaction of the remaining residents as they have taken part in the Housing

Project and writing their stories of surviving amid unemployment, economic crisis, military dictatorship and the commitment of people forgotten by federal and state governments is heard and invited to join the Housing Project called “projeto lageano de habitação” and where Dirceu fulfilled the slogan of his campaign use while he was running to become the mayor: "Lages a força do povo."

Keywords: Non-formal education. “Lageano” Housing Project. Public participation. Task force.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Origem das famílias entrevistadas	43
Quadro 2	Estados de origem das famílias entrevistadas	43
Quadro 3	Tempo de residência no bairro Habitação	46
Quadro 4	Famílias participantes do Projeto Lageano de Habitação	49
Quadro 5	Regime de construção das casas	49
Quadro 6	Origem do material de construção usado na construção da casa	51
Quadro 7	Condição da casa em que mora	55
Quadro 8	Nome do prefeito que implantou o Projeto Lageano de Habitação	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Origem das famílias entrevistadas	44
Gráfico 2	Tempo de residência no bairro Habitação	46
Gráfico 3	Regime de construção das casas	49
Gráfico 4	Origem do material de construção usado no Projeto Lageano de Habitação	51
Gráfico 5	Condição da casa em que mora	56
Gráfico 6	Nome do prefeito que implantou o Projeto Lageano de Habitação	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
3 CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO SERRANA QUE ANTECEDE O GOVERNO MUNICIPAL “A FORÇA DO POVO” DE DIRCEU CARNEIRO (1977-1982).....	24
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUAREZ FURTADO (1973 - 1976)....	29
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA "A FORÇA DO POVO" DE DIRCEU CARNEIRO (1977 - 1982)	31
4 PROJETO LAGEANO DE HABITAÇÃO: HISTÓRIA, CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS, METODOLOGIA E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	36
4.1 O PROCESSO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO LAGEANO DE HABITAÇÃO	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	68
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	70
APÊNDICES.....	71
ANEXOS	77

1 INTRODUÇÃO

A presença da comunidade se impõe, é solicitada e, assim, o próprio sentimento de comunidade é desenvolvido. Aliás, a palavra comunidade aparece nas conversas dos lageanos com muito mais frequência que em outras partes do Brasil. E é essa articulação entre as pessoas que formam um grupo social que está presente no lema escrito por toda a parte: “Lages, a Força do Povo”. (ALVES, 1980, p. 31).

Foram vários os motivos que me incentivaram a pesquisar a constituição do Projeto Lageano de Habitação. Dentre as razões, primeiro por ser um sonho de meu pai, um dos sujeitos constituintes do bairro, escrever sobre alguns fatos que marcaram a vida das famílias moradoras que participaram da construção de suas casas em 1977; segundo por ter ouvido durante minha infância histórias destas famílias envolvidas em projetos sociais herdados da administração municipal de Dirceu Carneiro e pelo fato do Projeto Lageano de Habitação ter mudado a vida de tantas pessoas, inclusive a minha.

Sou filha de pais nascidos em 1945 e 1946, em Catuiras, um povoado localizado no interior do município de Alfredo Wagner, Santa Catarina, a aproximadamente 120 km da capital, Florianópolis, onde havia pouca oportunidade para trabalhar e estudar. Tal situação deixou os moradores com poucas expectativas de continuar vivendo naquela localidade. O caminho encontrado pela maioria daqueles agricultores familiares em situação de empobrecimento e sem perspectiva de melhorar sua condição socioeconômica foi migrar para a cidade.

Nas décadas de 1940 a 1960, Lages foi a cidade do estado catarinense que mais se desenvolveu economicamente. Segundo Peixer (2002), por duas décadas seguidas (1960 e 1970) Lages foi a segunda maior cidade em população, seguida de Florianópolis. Isso ocorreu devido à exploração das reservas de pinheirais e centenas de serrarias construídas nos campos de Lages, que atraíam cada vez mais emigrantes vindos de outras cidades de Santa Catarina e até mesmo do Rio Grande do Sul. Este período foi denominado de “ciclo da madeira”. (MARTENDAL, 1980; MUNARIAM, 1990; LOCKS, 1998).

Foi, então, na década de 1970, que meus pais resolveram tentar a vida em Lages, mas a situação econômica do município já entrara em declínio. O período da exploração da madeira encontrava-se em crise, no qual inúmeras serrarias haviam sido fechadas, gerando desemprego por toda parte na região da serra catarinense. Apesar desta situação crítica minha família contorna as dificuldades, o pai conseguiu empregar-se, alugou uma casa e permaneceu na cidade de Lages.

Nesse período, os trabalhadores remanescentes das serrarias, desempregados, migravam para Lages na esperança de trabalhar no setor madeireiro, mas a cidade onde se instalaram as maiores madeireiras também apresentava problema com a redução do número de serrarias. O problema afetava outras fases da cadeia produtiva, as quais também reduziram ou cessaram suas atividades, aumentando ainda mais o número de desempregados. No Anexo 03 encontram-se fotos das famílias saindo das vilas das serrarias rumo a Lages.

A intensa migração da população para a cidade de Lages em busca de melhores condições de vida resultou na ampliação do fenômeno das favelas, expandindo a periferia urbana da cidade. Foi posto a prova o poder público, em especial o poder público municipal. Nessa época, a Prefeitura de Lages era administrada por Juarez Furtado, sendo seu vice o jovem arquiteto Dirceu Carneiro. (MUNARIAM, 1990). Juarez, com a intenção de eleger seu sucessor, lançou como candidato o seu vice-prefeito.

Em 1976, em sua campanha eleitoral, e, depois, em toda sua administração, Dirceu Carneiro usou o slogan “Lages a força do povo” para dar visibilidade e caracterizar seu governo. A equipe “A Força do Povo” foi outra denominação utilizada para referir-se à administração deste período. (ALVES, 1980). Elegeu-se prefeito do município de Lages em meio a vários problemas da administração, destacando-se o problema da moradia, especialmente para a população de baixa renda ou até mesmo a desempregada.

A equipe “A Força do Povo” elaborou um plano de governo e passou a implementar vários projetos sociais e econômicos voltados para a cidade e o campo. O Projeto Lageano de Habitação foi um dos projetos que mais se destacou nesta administração pelo envolvimento da população interessada em moradias e pelos demais projetos sociais e urbanos que se desenvolveram na esteira da constituição e desenvolvimento do bairro. (ALVES, 1980; PEIXER, 2002). Do ponto de vista da aquisição das casas, o Projeto formulava princípios inovadores e ousados para aquele contexto: as famílias de baixa renda iriam construir suas casas em regime de mutirão com materiais doados por terceiros ao demolirem edificações e poderiam contar com auxílio da prefeitura no que dizia respeito à complementação de mão de obra. Minha família enquadrou-se perfeitamente nos critérios estabelecidos pelo projeto municipal de aquisição das moradias e construíram nossa casa.

Essa história tornou-se um dos principais incentivos a pesquisar a constituição do Projeto Lageano de Habitação; ter morado no bairro durante vinte e quatro anos e, neste período, ter participado de vários projetos originários do Projeto da Habitação; finalmente, ter a satisfação de estudar e entender as diretrizes que orientaram a administração municipal “A Força do Povo” de Dirceu Carneiro. As dificuldades enfrentadas por minha família e pelas

demais famílias que assumiram o Projeto na sua fundação foram enormes e os desafios com os quais se deparou a administração municipal parece que não foram poucos. O próprio depoimento do prefeito da época sinaliza que,

Em um país subdesenvolvido como o nosso, em uma cidade pobre como Lages, não há recursos para se resolver os problemas básicos da população se não se consegue fazer com que a própria população participe da solução desses problemas. (CARNEIRO apud ALVES, 1980, p. 29).

Escrever tudo sobre a história da constituição do Projeto Lageano de Habitação até hoje me daria muito prazer, porém, neste momento, farei um recorte histórico e darei ênfase aos acontecimentos do período de 1977 a 1982 no Projeto Lageano de Habitação quando houve a construção das casas.

Vários são os autores que já estudaram o bairro Habitação (ALVES, 1980; MUNARIM, 1990; COUTO, 2008; SILVA, 2009; SOUZA, 2005); são análises sociopolíticas do Projeto, reflexões políticas, estudos sobre a Associação de Moradores. Enquanto objeto de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, pretendo lançar um novo olhar sobre a origem das famílias que construíram suas casas no Projeto Lageano de Habitação. Um olhar de quem morou no bairro, estudou na escola e fez parte de alguns projetos deixados pela equipe “A Força do Povo”.

Se problematizar na investigação acadêmica é justamente: “ver esta ou aquela realidade como desafio, um problema a ser decifrado, portanto, como problema e saber de que desafio se trata para poder enfrentá-lo, ou seja, qual a natureza, o tipo de problema para poder solucioná-lo” (SALOMON, 2000, p. 9), algumas questões são levantadas para serem decifradas na pesquisa em curso:

- Em que estágio da administração Equipe Dirceu Carneiro é gestado o Projeto Lageano de Habitação?

- Quais as razões que estimularam a sua formulação?

- Os princípios e a metodologia aplicada foram os mesmos que orientaram outros projetos ou programas de governo da administração?

- Como ocorreu o envolvimento da população interessada e dos gestores públicos no projeto?

- Do ponto de vista da aproximação do Estado com a sociedade e vice-versa, como este processo foi efetivado?

- Quais os entraves, as tensões, as contradições que podem ser identificadas na implantação do Projeto?

- A administração municipal foi caracterizada por diferentes autores como uma administração calcada nos princípios da *educação popular* e da *democracia participativa*. Será que estes princípios estiveram presentes na implementação do Projeto Lageano de Habitação?

- O princípio da educação popular e da organização popular convergiu para o atendimento e a garantia dos direitos cidadãos envolvidos no Projeto?

- O Projeto cumpriu as metas propostas em sua concepção?

- Aquela administração ainda tem lugar na memória de seus moradores?

- A ação coletiva de construção das moradias constituiu-se em um processo de educação para os sujeitos envolvidos?

São algumas perguntas, dentre outras, úteis para problematizar e tornar o Projeto Lageano de Habitação um objeto de conhecimento a ser decifrado.

Nesse sentido, coloca-se o objetivo geral desta pesquisa: analisar a constituição do Projeto Lageano de Habitação pela Administração “A Força do Povo”, protagonizado pela administração municipal e pelos moradores envolvidos no projeto de construção das moradias no período de 1977 a 1982, caracterizando nesta ação coletiva processos de educação não formal.

O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

a) descrever no processo de constituição do Projeto Lageano de Habitação lançado oficialmente em fevereiro de 1978, idealizado na administração “A Força do Povo” (1977 – 1982);

b) identificar quantas famílias fizeram parte da Construção do Projeto Lageano de Habitação em 1978, considerando o protagonismo da administração municipal e dos moradores no processo de construção das moradias;

c) caracterizar o processo de educação não formal que possivelmente se estabeleceu na implementação da ação coletiva de construção das moradias.

Esta dissertação se estrutura em quatro momentos, além da introdução e considerações finais. No capítulo 2, a **METODOLOGIA DA PESQUISA**, expõe-se o método da pesquisa, pesquisa qualitativa com entrevista realizada com alguns dos moradores que fizeram parte da construção das moradias do bairro Habitação e com alguns participantes da equipe “A Força do Povo” que foram os idealizadores da constituição do Projeto Lageano de Habitação. O terceiro capítulo caracteriza-se **CONTEXTO HISTÓRICO QUE ANTECEDEU O**

GOVERNO MUNICIPAL “A FORÇA DO POVO”, serão apresentados alguns aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que antecederam a administração “A Força do Povo” e, de certo modo, são condicionantes históricos presentes no Projeto Lageano de Habitação; apresentam-se também algumas informações acerca da eleição de Dirceu Carneiro para prefeito, sua preparação para assumir a administração do município de Lages, bem como a importância de ter sido vice-prefeito na administração de Juarez Furtado no mandato que o antecedeu. No capítulo seguinte, **PROJETO LAGEANO DE HABITAÇÃO: CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS, METODOLOGIA E AÇÕES**, serão abordadas a concepção do projeto, sua metodologia e as ações utilizadas pelos moradores e pela administração municipal para a construção das casas. Também será apresentada a análise dos processos de educação não formal que foram desenvolvidos na ação coletiva dos sujeitos envolvidos no Projeto Lageano de Habitação.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os seres humanos são capazes de criar e transformar o conhecimento; de aplicar o que aprenderam, por diversos meios, numa situação de mudança do conhecimento. São capazes de criar um sistema de símbolos, como a linguagem, e como ele registra experiências e passar para outros seres humanos. (ARRUDA, 2008, p.10).

Neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos realizados para alcançar os objetivos propostos na investigação. A intenção de investigar a constituição e o desenvolvimento do Projeto Lageano de Habitação com a identificação e análise da possível existência de processos de educação não formal partiu de minha história de vida cuja trajetória ocorreu predominantemente no Bairro Habitação, na cidade de Lages. Portanto, meu ponto de partida foi essencialmente do campo empírico, muito particular, vinculado ao meu projeto de vida. Isto exigiu de imediato a aplicação dos princípios de distanciamento e estranhamento, exigidos pela tradição das ciências sociais, na relação que se estabelece entre o sujeito de pesquisa e o objeto pesquisado, tendo em vista alcançar o máximo de controle da subjetividade presente no ato da produção do conhecimento. “O distanciamento não diz respeito a uma distância física, mas sim subjetiva; é necessário que o observador não se envolva com o observado, ou que esse envolvimento – de fato inevitável – se dê dentro dos limites da empatia.” (PASSADOR, 2005, p. 45). A subjetividade é compreendida aqui não como um inimigo a ser vencido, mas um componente inerente ao ato de pesquisar em que estão envolvidos sujeitos sociais na condição de pesquisador e pesquisados. Do mesmo modo, procurei compreender a atitude metodológica do estranhamento. Como se refere Passador (2005, p. 45):

Já o estranhamento procura garantir a compreensão do outro sem a interferência e o uso de concepções culturais alheias ao seu universo particular. O observador deve, por princípio, estranhar os fatos observados e não tomá-los como familiares, por mais que o pareçam, pois as razões por trás de um fato não são necessariamente as razões de que o observa.

Em uma pesquisa de campo a falta de estranhamento pode comprometer as análises dos dados, na medida em que pode gerar as más traduções do que realmente pensam, dizem e fazem os sujeitos pesquisados. A pesquisa de campo foi o método eleito para iniciar o processo de investigação. Para Fachin (2006, p. 14),

O conhecimento empírico é adquirido independentemente de estudos, pesquisas, reflexões ou aplicações de método. Em geral, é um conhecimento que se adquire na vida cotidiana e, muitas vezes, ao acaso, fundamentado em experiências vivenciadas ou transmitidas de uma pessoa para outra, fazendo parte das antigas tradições.

Os conhecimentos acerca da vida dos moradores do bairro Habitação eram originários da vivência estabelecida ao longo da vida no interior da família, na relação com a vizinhança, do grupo de amigos, da vida religiosa, da vivência escolar, enfim, daquela educação que Gohn (2010) caracteriza como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares, denominada de educação informal.

Defini, neste momento, o método de pesquisa. A escolha do método de pesquisa é essencial, segundo Pizzolatti e Rocha (2004), pois é nele que vamos identificar quais as formas como trataremos as informações, com a qualidade devida de cada dado alcançado. Segundo Marconi (2008, p. 69), “Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimento acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar; ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Contudo, antes de ir a campo, Marconi (2008) diz que é preciso fazer uma pesquisa bibliográfica. No caso específico desta dissertação a pesquisa bibliográfica será apresentada no capítulo seguinte. É com a ela que poderemos identificar o estado em que se encontra o problema de pesquisa de campo, se as perguntas podem ser respondidas com os referenciais bibliográficos e se não há necessidade de pesquisa de campo. A oportunidade de leitura e reflexão sistematizadas que o mestrado possibilita, fez com que a pesquisa de campo fosse precedida e orientada por um conjunto de leituras que permitiu a obtenção de uma abordagem histórica acerca do contexto social, econômico e político no qual encontram-se inseridos a concepção e o desenvolvimento do Projeto Lageano de Habitação, em um determinado tempo de desenvolvimento da cidade e de suas administrações municipais. Por conseguinte, a região serrana e Lages são constituídas historicamente por conexões políticas, sociais e econômicas relacionadas à história do desenvolvimento de políticas em âmbitos estadual e nacional. Importante evidenciar a obviedade, no sentido de que os fatos sociais e políticos não são gerados espontaneamente. A escola sociológico-histórico-crítica, para Marx (1986) inspirada no materialismo histórico dialético, ensina que o homem é sujeito histórico, a sociedade humana é expressão da vida dos sujeitos, portanto, é datada, concebida pelos sujeitos que a constituem, ainda que nem sempre a façam segundo sua vontade.

A hegemonia da matéria em relação às ideias de Marx e Engels e segundo Gil (2010, p.13) “pode ser entendida como método de interpretação, que se fundamenta em três grandes princípios: A unidade do oposto, Quantidade e qualidade e negação da negação”.

Quantidade e qualidade serão utilizadas na pesquisa, pois será utilizada, primeiro, a pesquisa quantitativa das famílias e depois a pesquisa qualitativa em uma amostra das famílias.

Para Kerlinger (1980, p.35), “Em sentido geral um problema científico é uma questão que mostra uma situação, necessitada de discussão, investigação, decisão e solução.” Depois de constatado o problema e definidos os objetivos, esta investigação preocupou-se com a formulação de hipóteses e escolha de instrumentos de pesquisa adequados à perspectiva deste trabalho. A pesquisa de campo se iniciou com uma preocupação fundamental. Saber do conjunto dos habitantes atualmente residentes no bairro quantas famílias são originárias, isto é, participaram efetivamente da constituição do Projeto Lageano de Habitação em 1978. Neste primeiro momento, a pesquisa buscou um dado de caráter quantitativo a ser cruzado posteriormente com dados qualitativos.

Para Goldenberg (2001, p.62) “A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produtos de um procedimento específico ou de alguma situação particular.” Dessa forma, houve a necessidade de especificar a quantidade de famílias remanescentes, pois não seria possível partir de hipóteses.

A pesquisa quantitativa, para Martins e Theóphilo (2007, p. 135), “[...] é aquela pesquisa em que os dados e as evidências coletados podem ser quantificados, mensurados. Os dados são filtrados, organizados e tabulados.” Já a pesquisa qualitativa, segundo os mesmos autores, “[...] também é conhecida como pesquisa naturalística, uma vez que para estudar o fenômeno relativo às ciências humanas e sociais é necessário que o pesquisador entre em contato direto e prolongado com o ambiente no qual o fenômeno esta inserido.” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 136).

Alves (1980) escreve que o Projeto Lageano de Habitação beneficiará 690 famílias em 1978. Em entrevista com o Secretário de Obras na administração a “Força do Povo”, Sr. Candido Bampi Filho diz que: *O projeto foi executado em formato de ferradura, devido sua proximidade com o rio Carah, sendo seu limite sul a rua Bracatinga.* No mapa do bairro Habitação no anexo 07 pode-se observar as informações do ex-secretário de obras. Mais de 30 anos de Projeto Lageano de Habitação, sua população aumento não respeitando a margem do rio Carah.

As informações do total de famílias que moram no bairro Habitação hoje eram de data anterior a 2011, como as do IBGE que constava um número inferior a 900 famílias. Na pesquisa de campo, nos mês de setembro de 2011, utilizando a informações do IBGE inicia-se

as entrevistas; na tabulação da primeira etapa da pesquisa observa-se um número superior ao encontrado no site do IBGE. Por esse motivo em janeiro de 2012 fui procurar a Unidade de Saúde da Família (USF), uma instituição pública que mantém uma equipe de Agentes de Saúde cuja função é visitar frequentemente e sistematicamente cada família residente no bairro. A enfermeira responsável entregou-me uma nominata, declarando que o bairro Habitação atendido pelo Programa de Saúde Familiar corresponde à área 08 onde atuam 12 Agentes Comunitários de Saúde. As agentes visitam em média 150 famílias por mês, sendo um total de 900 famílias no bairro. (No anexo 06 está a declaração da enfermeira). Com este dado as entrevistas estavam de acordo com o número de famílias residente no bairro habitação no ano de 2012. Importante lembrar que o foco das entrevistas é as famílias e não o total de população residente no bairro Habitação.

O aumento das famílias residentes no bairro Habitação em 1978 de 690 residências para 900 em 2011 se deve ao aumento populacional, construindo residências nas áreas ribeirinhas como mostra no anexo 07 as quadras A1, B1, C1, D1, E1, F1, H1, I1 e J1, não estavam no projeto para construção das casas, e que anos depois foram construídas pelos moradores não pertencentes ao Projeto Lageano de Habitação, mas pertencentes ao bairro Habitação. Outro fator importante para o aumento das famílias é que em um terreno é comum ter duas casas com duas famílias.

O procedimento utilizado para se obter as informações foi a entrevista semiestruturada que, para Moura e Ferreira (2005, p. 64), consiste:

Numa técnica de coleta de dados que supõe o contato face a face entre a pessoa que recolhe e a que fornece informações, em geral sobre si própria, muito embora tais informações possam se referir a outras pessoas e eventos relevantes. Apesar de diferirem quanto ao grau de estruturação, as diversas modalidades dessa técnica têm em comum o fato de apresentarem, usualmente, um formato flexível e aberto, que implica grande participação do entrevistador.

Mas, afinal, como pode ser esta contagem de famílias? Para Marconi e Lakatos (2008, p. 70), “[...] o estudo de descrição de população são estudos quantitativos descritivos que possuem, como função primordial, a exata descrição de certas características quantitativas de populações como um todo”.

A participação de terceiros como entrevistadores, na primeira etapa da pesquisa, deveu-se a quantidade de entrevistados e por se tratar de perguntas fechadas, uma vez que a opção foi por um roteiro de questões objetivas ou fechadas no qual o entrevistado teria duas respostas: sim ou não; bem como perguntas de múltipla escolha que indicariam uma série de possíveis respostas, conforme o apêndice 01. Em média, cada entrevista, por meio de enquete

em sua primeira etapa, teve uma duração de 10 minutos. Cada entrevistador ficou com uma quadra, que contém em média 26 casas. Para que se conseguisse chegar à meta de uma quadra a cada cinco horas, foi necessário seguir alguns passos, apresentados no apêndice 02. A pesquisa na primeira etapa teve seu início em setembro de 2011, a mestrande e duas adolescentes moradoras do bairro Habitação foram as entrevistadoras nesta primeira etapa, as quais se dividiram para que o objetivo de entrevistar 100% das famílias do bairro fosse atingido.

Com a caminhada tracejada no bairro Habitação, no município de Lages – Santa Catarina – Brasil, pode-se ir a campo na busca do total de famílias que participaram do projeto e que estão residindo hoje no bairro. De posse de um mapa foi possível verificar suas respectivas divisões: Ao norte, o Bairro Universitário – limitado pela Rua Álvaro Nery dos Santos; ao leste, o Bairro Várzea – limitado pela Rua Hélio Bosco de Castro; ao sul, o Bairro Caça e Tiro – limitado pela Rua Guabirobeira; ao sudoeste, o Bairro Caça e Tito – limitado pela Avenida das Bracatingas e, ao oeste, o Bairro Bom Jesus – limitado pela Avenida Belizário Ramos que serpenteia a cidade de Lages.

Após vinte dias de muito trabalho, com sol e chuva, chega-se ao resultado almejado 913 famílias entrevistadas. No desenvolvimento desta primeira etapa da pesquisa de campo foi importante salientar a satisfação dos moradores ao se resgatar as origens do Projeto Lageano de Habitação. Alguns manifestaram certa dificuldade de recordar as informações, sendo a maior delas trazer da memória o nome do prefeito idealizador do projeto. Impressionante também foi notar o orgulho nos olhos destes moradores quando falaram da casa construída por eles, sua família e amigos. E quando os mais jovens ouviam as respostas ficavam admirados com a quantidade de tempo em que já residem no bairro Habitação.

Estes sentimentos de posse e conquista podem ser explicados pelos moradores em seus depoimentos nas entrevistas realizadas quando mencionavam a importância do Projeto Lageano de Habitação na conquista de sua casa, lugar este onde constituíram suas famílias, educaram seus filhos, sonharam e viram seus sonhos se tornarem realidade. É sabido que a casa, como lugar de habitação, o domicílio familiar, é espaço de segurança e privacidade, no qual as pessoas se sentem protegidas. Independente da situação financeira, ter uma casa é não estar na “rua da amargura”.

Esta segurança de ter um lugar para residir e viver é refletida no contraste “casa” e “rua” pelo antropólogo DaMatta (1997, p. 15):

[...] “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, música e imagem esteticamente emolduradas e inspiradas.

Após o término das entrevistas, obtive o total de 313 famílias que residem no bairro Habitação há mais de vinte anos. Destas, 130 famílias participaram do Projeto Lageano de Habitação e do mutirão da construção das casas, todavia residem nas casas construídas por eles através de mutirões na década de 1970. A tabulação de todas as questões da primeira etapa da pesquisa encontra-se no terceiro capítulo, desta dissertação. Dessa forma, com o número específico da quantidade de famílias que participou da construção do Projeto Lageano de Habitação em 1978, volta-se a campo para dar sequência à segunda etapa da pesquisa.

Nesse segundo momento, optei por uma análise de cunho qualitativo, uma vez que, conforme Goldenberg (2001, p.63), “[...] os métodos qualitativos poderão observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, a realidade pesquisada.”

Esta segunda etapa da pesquisa foi realizada somente pela mestranda. Utilizando o método de entrevista estruturada que, para Marconi e Lakatos (2008, p.82), “[...] é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas.” As questões abordadas nesta segunda etapa estão no Apêndice 03. Assim, as informações obtidas através dos relatos dos moradores com relação ao Projeto Lageano de Habitação, esclarecem as dúvidas e incertezas de como se deu o processo de construção das moradias. Também foi possível observar se de fato ocorreram conforme o planejamento da administração de Dirceu Carneiro; se todas as atividades planejadas foram executadas em conformidade com a comunidade, bem como identificar os processos de educação não formal que foram estabelecidos entre todos os sujeitos envolvidos, ou seja, o poder público e os moradores que iriam constituir o Projeto Lageano de Habitação.

Devido à quantidade de moradores remanescentes do início do Projeto Lageano de Habitação ser de 130 famílias, optei pela delimitação de uma amostra destas famílias para a segunda etapa da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 27), “Amostra é um porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto.”

A escolha por uma amostra foi a melhor maneira de selecionar as famílias participantes das entrevistas, embora já soubesse de antemão da necessidade de configurar uma amostragem como forma de seleção dos entrevistados. Foi necessário definir que tipo de amostragem seria utilizada. Na perspectiva de Marconi e Lakatos (2008), amostra aleatória simples é a escolha de um indivíduo na população. Na pesquisa, esta escolha para a amostra

aleatória ocorreu através de microrregião, ou seja, dividi-se em o bairro Habitação em cinco microrregiões. (O mapa do bairro e suas respectivas divisões estão nos Anexos 07 e 08). Ao iniciar a entrevista, a entrevistadora apresentou-se para o entrevistado explicando sobre a importância de suas respostas para o trabalho de pesquisa. Mencionou, também, que se tratava de uma amostra de entrevistados de um conjunto maior de habitantes do bairro. Isto acabou responsabilizando tanto a entrevistadora como os entrevistados no diálogo que se estabeleceu através das entrevistas.

Dado que os sujeitos envolvidos no Projeto foram a população beneficiária e o poder público, nesta segunda etapa da pesquisa incluiu-se a realização de entrevistas com quatro integrantes da equipe “A Força do Povo”, sendo perguntado a eles também com relação a construção das moradias, porém com outro enfoque. As perguntas para os integrantes da equipe estão no Apêndice 04. Os sujeitos envolvidos no projeto, aos poucos, foram deixando Lages e galgando novos rumos. No início da pesquisa, sabia que somente quatro dos participantes da equipe residiam em Lages, porém com as entrevistas constatei que este número era maior. Para Moura e Ferreira (2005, p. 69):

A vantagem da entrevista é fornecer informações bastante detalhadas sobre os tópicos de interesse para a investigação, pois o entrevistador, por estar face a face com o entrevistado, pode deter-se em aspectos que não se mostrem suficientemente claros nas respostas iniciais dos sujeitos.

A entrevista com os integrantes da equipe “A Força do Povo” aconteceu em janeiro de 2012. Cada participante da equipe foi entrevistado em dias e locais diferentes, mas as informações são impressionantes pela sua clareza e semelhança. Depois de finalizado o período das entrevistas, foi definido o caminho para a tabulação dos resultados das entrevistas, que segundo Moura e Ferreira (2005, p. 79):

Os dados qualitativos apresentam-se sob a forma de descrição narrativas, resultante em geral, de transcrição de entrevista [...] Entre as estratégias adotadas na análise de dados qualitativos, incluem-se a preparação e descrição do material bruto, a redução dos dados, sua interpretação e a análise transversal.

A análise dos dados recolhidos na pesquisa de campo é desenvolvida no capítulo seguinte deste trabalho, bem como os processos de educação não formal que foram possíveis de serem identificados e analisados. Muito além da vontade combinada de moradores e agentes públicos responsáveis pela constituição do Projeto, foi fundamental, neste trabalho, detectar processos de educação não formal. Gohn (2010) caracteriza a educação não formal no conjunto da educação como aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos

cotidianos. A autora insiste que o aprendizado gerado e compartilhado na educação não formal não é espontâneo porque os processos que o produzem têm *intencionalidade e propostas*. Analisa-se, portanto os processos de educação não formal que podem ser implementados pelos educadores compreendidos pelos agentes públicos, isto é, integrantes da Equipe de Dirceu Carneiro e as famílias, vizinhos, membros do bairro Habitação que interagiram ou se integraram na constituição do bairro, desde a construção das casas, incluindo outros projetos que se desenvolveram simultaneamente ao longo da administração (1977-1982).

Para Gohn (2010), os espaços educativos da educação não formal localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos fora das escolas, em locais informais, onde há processos interativos intencionais. A grande intencionalidade foco desta pesquisa são as ações de caráter coletivo, comunitário, desenvolvidos pelos agentes públicos e as famílias originárias do Projeto Lageano de Habitação. Finalmente, a intencionalidade da ação, diz Gohn (2010, p.18), reside “[...] no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.” É disto que esta pesquisa se ocupou e desejou analisar porque se trata daquilo que faz o maior sentido para a educação emancipatória, construtora de sujeitos cidadãos.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO SERRANA QUE ANTECEDE O GOVERNO MUNICIPAL “A FORÇA DO POVO” DE DIRCEU CARNEIRO (1977-1982)

O período em que o modo de produção¹ na região serrana se baseava na atividade econômica da pecuária extensiva, modo de produção este responsável pelas relações econômicas, sociais e políticas estruturadas na grande fazenda de criação de gado. Do ponto de vista das relações políticas, residem aí as raízes de governos oligarcas, patrimonialistas, de cima para baixo, sustentados por práticas coronelistas e assistencialistas. Inequivocamente, seria o período da atividade da madeira que traria maiores consequências sociais, econômicas e políticas para a região da AMURES² e a cidade de Lages. Segundo (PINHO apud SILVEIRA, 2005, p. 37):

Até 1940 os pequenos madeireiros serravam pinheiros próprios, portanto até essa data não havia o grande comércio de compra e venda de pinheiros que se praticou com o aumento da produção em decorrência do estabelecimento de um número crescente de serrarias a partir de 1940. Para aumentar a área de campo os fazendeiros vendiam seus pinheirais, e que resultava em um casamento de conveniência. Madeireiros e pecuaristas se fortaleceram economicamente o que causou reflexos quantitativos em toda a economia serrana no ciclo da madeira araucária.

Até o início da década de 1940 serrar pinheiro se constituía em uma atividade voltada para o atendimento de necessidades locais, quando muito, regionais. Mas, em nível nacional, desde os anos 1930, o Governo Nacional de Getúlio Vargas incrementava um projeto de industrialização e urbanização do país. (LOCKS, 1998).

¹ Modo de Produção no conceito marxista é definido pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção. O modo de produção se confunde, de certa, maneira, com a estrutura econômica da sociedade, englobando a produção, distribuição, circulação e consumo. É a maneira pela qual o homem age sobre a natureza material, para satisfazer as suas necessidades. (SANDRONI, 1989, p.204)

² No princípio de 1968, o engenheiro Paulo de Freitas Melro, então chefe da Superintendência da Fronteira Sul, estendeu a região serrana de Santa Catarina, na antiga classificação do IBGE chamada “Zona dos campos de Lages”. [...] Após um rápido exame, surgiu como ponto de partida a fundação que congregasse os dez municípios. Os municípios são: Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Lages, Ponte Alta, São Joaquim, São José do Cerrito e Urubici. No dia 10 de agosto de 1968 fundaram a Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES. (COSTA, 1982, p. 771). No decorrer do texto quando mencionarmos região serrana estaremos tratando de AMURES e seus respectivos municípios. Segundo Koehler quando pesquisador do Plano de Desenvolvimento Regional desenvolvido e coordenado pela AMURES, chama a atenção pelo equívoco do autor ao mencionar o município de Alfredo Wagner como sendo integrante da AMURES. (No Anexo 04 está o mapa da região serrana e seus municípios exceto Alfredo Wagner).

O recorte histórico estudado neste capítulo se dá pelas mudanças econômicas, culturais e principalmente pelo aumento da população no município de Lages a partir de 1940, sendo a falta de moradias um dos principais incentivadores ao Projeto Lageano de Habitação em 1977.

O crescimento das cidades brasileiras, mais tarde incluindo a construção de Brasília, fez com que a construção civil utilizasse muito a madeira. A região Serrana era povoada de florestas do pinheiro tipo *Araucaria angustifolia*. Atentos às novas políticas desenvolvimentistas nos anos 1940, inúmeros gaúchos e catarinenses se deslocaram para a região serrana com a finalidade de explorar as florestas de pinheirais.

Este aumento da população em Lages não parou de crescer entre os anos de 1970 e 1980. Houve um aumento de 30%, valor importante para uma região que estava passando por uma crise econômica, cultural, política e social. No entorno de cada serraria surgia ou ampliava-se uma vila. Foram famílias de ex-peões, agregados de fazendas, trabalhadores ocupados com agricultura de subsistência que formavam o segmento social de operários assalariados. Conforme Martendal (1980), o trabalho da serraria inaugurou um novo mundo do trabalho e uma nova relação com os meios de produção na região serrana. De um lado, pela primeira vez o contingente populacional que se deslocou para as serrarias estabelecia um contrato de trabalho através da carteira de trabalho e recebia um salário mensal. De outro, uma nova classe de proprietários emergia no cenário das relações de classe. Ela constituiria o segmento econômico e o setor industrial da região serrana.

Para Hoff e Simioni (2004), o setor da construção civil no Brasil atingiu o seu ápice e a exportação da madeira alcançou um nível tal que, segundo os madeireiros, bastava extrair, serrar e vender a madeira sem a preocupação de agregar mais valor ao bem natural. Em 1950, a intermediação do Instituto Nacional do Pinho (INP) foi importante para que as serrarias de Lages e região obtivessem a oportunidade de exportação. Este fato permitiu elevar o valor da madeira, passando a ser designada de ouro catarinense. Rodrigues e Azzi (2007, p. 94), ao refletirem sobre este contexto, afirmam que:

O número cada vez mais expressivo de serrarias e do conseqüente comércio da madeira modificou o rosto e o destino da cidade. Aumentou a circulação de dinheiro e também da população. Algumas madeireiras se instalaram nos distritos e um grande número delas, nos arredores de Lages, formando vilas operárias que, mais tarde, se transformaram em bairros. A cidade cresceu e se expandiu em todas as direções, passando a ser chamada de “Princesa da Serra”. Essa imagem romântica, de nobreza, refletiu não só o momento de crescimento econômico que Lages vivenciava, mas também uma perspectiva de futuro. Nesse período o discurso predominante nos jornais foi de progresso, desenvolvimento, urbanização e crescimento da cidade. De acordo com o IBGE, em 1960 a população urbana era de 34.647 pessoas; em 1970, 82.006; e, em 1980, 108.727.

As consequências do modelo predatório de desenvolvimento viriam imediatamente. Calazans (1983) explica que foi difícil o período que demarcou o final do ciclo da madeira, no início da década de 1970. A maior parte das serrarias encerrou suas atividades por falta de matéria-prima; as grandes indústrias madeireiras estavam em declínio de produção; os trabalhadores liberados das serrarias aportavam na cidade de Lages em busca de outros lugares para trabalhar. As periferias da cidade de Lages se ampliavam consideravelmente. A tabela a seguir mostra claramente esse processo de fechamento das serrarias.

Tabela 1 - Números da Indústria Madeireira por atividade produtiva, em Lages, no período de 1954 a 2002.

Atividade Produtiva	Número de Empresas em 1954	Número de Empresas em 1980	Número de Empresas em 2002
Serrarias	157	64	179
Fábricas de Móveis	6	34	91
Fábricas de Caixas	1	10	12
Fábricas de Laminados	2	4	2
Fábricas de Compensados	3	4	(*)
Fábricas de Pasta Mecânica	3	3	3
Fábricas de Artefatos de Madeira			34
Fábricas de Esquadrias			6
Casas Pré-Fabricadas			1
Total	172	119	328

Fonte: Elaborada com base em dados de Hoff (2004, p. 37 apud COSTA, 1982, p. 914-915), Hoff (2004, p. 37 apud GOULART FILHO, 2002, p. 261) e Secretaria do Estado da Fazenda (2002)

Nota: (*) Dado não localizado para o ano de 2002

A tabela acima demonstra a quantidade de serrarias que deixaram de funcionar entre as décadas de 1950 e 1980, um número superior a 50%, sendo a mola propulsora da economia de Lages neste mesmo período. Mesmo com o aumento de outras empresas de beneficiamento de madeira, como as fábricas de móveis, ainda assim não haveria como empregar todos os ex-funcionários das serrarias que teriam deixado de funcionar.

Foi a procura de oportunidade de emprego que milhares de desempregados de serrarias, oriundos de diferentes municípios de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul; foram na direção de Lages, aumentando a franja da periferia urbana pelos quatro cantos da cidade. A “Princesa da Serra”, paradoxalmente, viu-se despreparada para atender ao sonho da

população migrante. Esta demandava melhores condições de vida, a saber: moradia, infraestrutura urbana, atendimento à saúde, educação, transporte e trabalho.

Esta população que vivia na área rural passou, então, a tentar viver na área urbana. Segundo Peixer (2002, p.171) “Entre os anos de 1970 e 1980, nota-se um crescimento urbano de 33% e um decréscimo de 1% na população rural. Em termos absolutos a população de 1960 é 34.647 para 82.006 em 1970.” Estas pessoas possivelmente foram em direção à cidade de Lages na busca de emprego, moradia e educação.

A diminuição significativa das reservas florestais da araucária e o encolhimento do setor de exportação, no início dos anos 1970, agravaram ainda mais a situação econômica de Lages. (GOULART apud HOFF e SIMIONI, 2004, p.24) afirmam que:

A queda da exportação do item madeira serrada, derivado do pinheiro, contribuiu decisivamente para o encolhimento do setor madeireiro. Essa queda torna-se mais acentuada a partir de 1973. Em apenas quatro anos (1973 a 1976), a participação nas exportações caiu de 55,3% para 4,5%.

Embora houvesse uma opinião de que não existia uma consciência por parte dos donos das terras onde existia a extração a necessidade de se reflorestar para a sustentabilidade da atividade madeireira. Em nível de Brasil a partir dos anos de 1920 inicia-se instituições em prol ao reflorestamento e em 1941 foi criado o Instituto Nacional do Pinho, órgão responsável pelo reflorestamento. O Estado de Santa Catarina recebeu orientações diferenciadas dos outros Estados, pois sua economia estava basicamente na extração da madeira e por não ter qualquer orientação técnica que perpetuasse as florestas de araucária. (SILVEIRA, 2005)

Em 1964 o deputado Candido M. Bampi (PRP) em uma assembleia discursou sobre a importância de se preocupar com a possível falta de pinheiro para a produção de madeira e disse: “De cada 4 pinheiros plantados por um abatido, que equivale dizer, que o resultado final será de 3 pinheiros adultos de florestas artificiais por um abatido das florestas nativas: pois é sabido que as derrubadas de florestas são constantes sem que se faça reflorestamento”. (Jornal A Gazeta, 1964, p. 1, Anexo 05).

Martendal (1980, p.51), considerando o conjunto dos acontecimentos socioeconômicos derivados do ciclo da madeira, chega às seguintes conclusões:

- a) o ciclo da madeira transformou a economia da região serrana de Santa Catarina e da cidade de Lages, gerou um novo dimensionamento político, alterou a estrutura social e, pela sua irracionalidade, criou uma situação de impasse socioeconômico; b) a cidade de Lages, por ser o centro urbano de maior importância regional, viu aumentada sua população de forma surpreendente, registrando um percentual de crescimento da ordem de 7,7% ao ano, o que equivale a dobrar a população em pouco mais de uma década [...] c) o surto de industrialização da madeira na região arrancou os caboclos de seu

habita, através de procedimentos sutis, e jogou-se como marginalizados para as periferias da cidade de Lages.

As conclusões de Martendal que caracteriza o modelo de desenvolvimento deste ciclo como “irracional” porque dizimou bens naturais não renováveis em curto espaço de tempo e criou um impasse socioeconômico, uma vez que o futuro das atividades econômicas de Lages e região permaneceu incerto. “Crescimento e distribuição populacional desordenada [...]”, pois o campo da região serrana esvaziou-se e a cidade polo regional cresceu sem um planejamento urbano provedor de sua infraestrutura. Este dado persiste hoje de forma assustadora, pois, segundo Aued e Vendramini (2009, p. 28), em “[...] Lages, SC 97% da população do município vive na cidade e 3% no campo.” Este modelo de desenvolvimento onde o campo se vê esvaziado e a população concentrada na cidade não foi revertido até o presente momento.

Peixer (2002), ao se deparar em sua análise com o estabelecimento do caos social e econômico na cidade, demonstrado pelo desemprego, pela miséria, pelo crescimento das favelas e da violência, aliados à falta de perspectiva de melhoria de vida da população marginalizada, denomina Lages de “a cidade dos espoliados”. É neste contexto contraditório, a “Princesa da Serra” coexistindo com a “cidade dos espoliados”, que se vão construindo as condições históricas para ocorrer mudanças nas relações de poder em Lages.

Um dos fatores que fez de Lages “a cidade dos espoliados” foram as relações de poder, já que o município, durante quarenta anos, foi comandado pelos Ramos. Para se ter uma ideia da hegemonia da força política oligarca de Lages na região serrana e em Santa Catarina, Peixer (2002) destaca que a oligarquia dos Ramos se iniciou no século XIX, quando Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, em 1895, foi nomeado governador de Santa Catarina. Em 1930, a hegemonia dos Ramos começou a dar sinais de divisão política quando Nereu Ramos e Aristiliano Ramos disputaram entre si quem seria o candidato a interventor do Estado de Santa Catarina. Nereu Ramos venceu a disputa familiar e eleitoral e, em 1935, assumiu o cargo de Interventor Estadual. Em 1945, assumiu como chefe do partido PSD, aliado a Octacílio Costa, que elegeu, em 1951, Osni Régis para prefeito do município de Lages. A pequena participação de Nereu Ramos como Presidente da República, de 11/11/1955 a 16/06/1956, fortalecia ainda mais a oligarquia regional e municipal, embora houvesse a oposição de Aristiliano Ramos, que fez aliança com a família Konder, cujo partido – UDN - comandava a esfera estadual.

O início da década de 1970 veria o declínio no poder da oligarquia Ramos, quando o candidato a prefeito pelo Movimento Democrático Brasileiro, Juarez Furtado, conquistaria o poder executivo do município de Lages.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUAREZ FURTADO (1973 - 1976)

As mudanças se iniciam em 1972, quando a chamada oligarquia dos Ramos foi rompida. Alves (1980) reúne um conjunto de fatores para explicar as mudanças nas relações de poder no cenário de Lages onde atuavam forças políticas capitaneadas por dois segmentos intraclasses dominantes, ou seja, o poder oligárquico latifundiário e o emergente segmento empresarial industrial, afirmando que: “As mudanças na economia na cidade, o brutal aumento da sua população, o absentéismo, o exercício do poder por pessoas interpostas - clientes aliados – foi erodindo a influência da oligarquia dos Ramos. Finalmente, após ocuparem a prefeitura durante 42 anos, foram derrotados.” (ALVES, 1980, p. 25).

Conforme Munarim (1990), o primeiro dos dois governos desta década, de 1973-1976, pode ser caracterizado como populismo de governantes ou “populismo de massa”. O primeiro passo foi a aliança política – parte da oligarquia agrária e segmento empresarial – fazendo oposição ao poder local para garantir a eleição de Juarez Furtado, filho de um vereador tradicional, ligado à família Ramos, bacharel em Direito formado em Curitiba, lembra Alves (1988).

Juarez Furtado “começa por tentar imprimir no município uma marca de desenvolvimento urbano-industrial”, afirma Munarim (1990, p.147). Neste período a prefeitura investiu em obras como: construção de praças, calçadão no centro da cidade, pavimentação de ruas, luminárias públicas em novos formatos, abertura de avenidas, iluminação de estádio e a implantação de um parque industrial distanciado da área urbanizada. Hoje, passou para o folclore popular a construção de uma nova rodoviária, nunca concluída, posteriormente demolida por se avaliar como obra absolutamente inadequada. É uma administração clássica com preocupação de deixar as marcas de uma personalidade, o administrador populista, como caracteriza Munarim (1990).

Na perspectiva de Alves (1980, p. 26), “Juarez fez uma administração criativa e modernizante, embora clássica. Clássica no sentido de que se preocupou essencialmente com a zona urbana, onde é maior a concentração eleitoral, e com obras que saltam à vista”. Em

síntese, a administração de Juarez, “um populista de massa”, conquistou a maioria do eleitorado pela estratégia da coalizão de classes sociais. Sua administração preocupou-se eminentemente com a “cara da cidade”.

Alves (1980) lembra que, conhecendo as dificuldades financeiras do município, Juarez é convidado pelo BNH (Banco Nacional da Habitação) para asfaltar um acesso ao bairro Petrópolis, pois lá estava um conjunto habitacional iniciado anos antes por uma empreiteira com parceria da COHAB. No bairro havia 1090 casas para serem terminadas e futuras famílias para morar. Com dinheiro do Fundo de Garantia, a administração de Juarez providenciou a pavimentação das ruas solicitadas para receber as famílias.

Uma etapa dos objetivos do governo municipal para Prefeitura foi alcançada, porém o conjunto acomodaria 33% das famílias sem moradia, pois somente poderia adquirir uma casa a família que comprovasse a renda mensal de três salários mínimos; algo relevante para uma cidade como Lages em meio a uma crise econômica (ALVES, 1980).

O saldo de mais de 70% da população sem residência continuaria morando em terrenos do município da Prefeitura considerados área verde, sem as mínimas condições de saneamento, atendimento à saúde, posto de saúde, educação, escola, transporte e outras políticas sociais.

Sendo considerado um administrador urbano, Juarez Furtado consegue em seu mandato modificar a aparência urbana de Lages como: calçamento de ruas, o calçadão no centro da cidade e a criação de uma área exclusiva para indústrias chamada de área industrial, como já mencionado anteriormente. Foi neste calçadão que se iniciou uma das tradições mais populares e conhecidas de Lages, a Festa do Pinhão³, o que colocaria a cidade no fluxo da publicidade nacional nas décadas posteriores.

Segundo Peixer (2002, p. 182) algumas mudanças políticas poderiam ser observadas na administração de Juarez e Dirceu: “[...] no estilo político já se faziam sentir, principalmente no incentivo à organização popular via subdiretórios e na prestação de serviços públicos.”

Embora este processo tenha acontecido de forma autoritária e demagógica, a iniciativa era oriunda de um curso de administração pública, oferecido pelo Instituto Brasileiro de

³ A primeira Festa Nacional do Pinhão foi nos dias 14 e 15 de julho na Praça João Costa em 1973, quando o tradicionalista Aracy Paim almejou realizar uma festa que fosse ao encontro da cultura lageana. Na Praça João Costa foi montada uma casinha onde era distribuído gratuitamente o pinhão e nas proximidades um tablado, onde grupos tradicionalistas apresentavam-se e animavam o povo para dançar. A proporção do evento foi aumentando com o tempo, hoje é realizado em dez dias no Parque de Exposições Conta Dinheiro e movimento a economia de toda a região serrana.

Administração Municipal (IBAM), e tinha como pauta a estrutura de um gabinete de planejamento. (CORREIO LAGEANO, 14 jan. 1976 apud PEIXER, 2002). O período da atividade da madeira encontrava-se esgotado, deixando as florestas de pinheirais devastadas, serrarias fechadas e sem ter distribuído equitativamente, na sociedade serrana, as riquezas produzidas. A cidade de Lages estava com sua população triplicada. Observada como um “inchamento populacional”, configurava-se, como já se viu, em uma periferia ampliada e extremamente empobrecida. Uma população que demandava infraestrutura urbana, desde água, esgoto, energia, serviço de saúde, até educação e trabalho.

Sendo vice-prefeito de Juarez por quatro anos, Dirceu Carneiro trabalhou diretamente na diretoria de obras (hoje seria secretária de obras) de onde observou quais seriam as futuras exigências do município. Encontrou aí seu futuro plano de governo. Em 1976, nas eleições, Juarez Furtado concorre com Nenê Melo, mas o resultado das eleições foi favorável a Dirceu Carneiro, eleito pela maioria dos votos o novo prefeito do município de Lages.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA "A FORÇA DO POVO" DE DIRCEU CARNEIRO (1977 - 1982)

De 1977 a 1982, Lages foi administrada pelo arquiteto Dirceu Carneiro, nascido em Caçador, Santa Catarina, antigo líder secundarista, ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre. Quem se familiariza com “A luz vem de Lages”, texto introdutório de Maurício Tragtenberg ao livro de Alves (1980), obtém larga compreensão dos princípios e ações que, segundo este autor, moveram a administração de Dirceu Carneiro.

O relato de Tragtenberg insiste na pergunta imediata de como ocorreu tal façanha na terra dos “espoliados” cujos antecedentes primeiramente foram caracterizados pelo longo período da persistência de uma estrutura agrária latifundiária na qual predominaram relações sociopolíticas clientelistas e coronelistas; depois, pela atividade da exploração da madeira, geradora de um modelo de desenvolvimento desequilibrado, interrompido e sem perspectiva de futuro para a maioria dos moradores nas periferias urbanas de Lages.

Contudo, ainda que se relativize uma análise carregada de “entusiasmos exagerados” não se pode subestimar a presença de princípios e ações que desenharam uma prática de “democracia representativa” em Lages. Primeiramente, este governo municipal se deu em pleno regime militar no qual era banida qualquer possibilidade de participação popular.

Segundo, o prefeito Dirceu Carneiro (ALVES, 1980) vivenciou uma absoluta falta ou negação de recursos por parte dos demais entes federados, o Estado e a União. Isto se dava fundamentalmente por vontade política, conflito ideológico, visões antagônicas de projetos de sociedade, uma vez que a administração de Lages destoava, opunha-se aos interesses e projetos das elites que comandavam a direção política estadual e nacional.

No Brasil, no período da administração de Dirceu Carneiro, a ditadura não demonstrava sinais de enfraquecimento, pelo contrário, segundo a revista 100 anos de república, quando os militares assumiram o poder muitos músicos foram convidados a se retirar do Brasil, como: Chico Buarque, Caetano Veloso e outros. Em 1975, o jornalista Wladimir Herzog foi encontrado morto em uma delegacia no Rio de Janeiro, sua possível morte estava relacionada às suas opiniões políticas, apresentadas no jornal da TV Cultura. Em 1977, os estudantes universitários voltam às ruas das principais cidades para manifestar-se contra a censura, os políticos cassados e em defesa dos direitos humanos. Em meio a todos estes acontecimentos nacionais, em Lages Dirceu Carneiro, que era filiado ao partido do MDB, colocava-se como oposição à ditadura militar. Os governantes que, na ditadura, comandavam o Brasil com absoluto autoritarismo não deixariam que as populações se organizassem a exemplo do que ocorria em Lages.

Mas de onde surgiram os princípios e projetos da administração da equipe Dirceu Carneiro? Antonio Carlos Munarim, integrante da equipe “A Força do Povo”, escreve anos depois sobre o Projeto Lageano (1990, p. 156) afirma:

[...] que eram muito frágeis as bases teóricas de sustentação daquela prática, especialmente se pensarmos em teorias enquanto grandes experiências históricas sistematizadas. Assim, é difícil classificar aquele processo político como um momento de execução de um projeto histórico pensado a priori.

Portanto, constata-se que esta administração não traçou um projeto acabado e único que culminasse com uma prática de “democracia participativa”, como denomina Alves (1980). A contradição nas visões acerca desta administração não pode ser ignorada ao se identificar diferentes posições entre os estudiosos que refletiram ou escreveram sobre o governo municipal de Dirceu Carneiro. Munarim (1990, p.157-178) afirma, ainda, que:

O que existiam eram certos princípios filosóficos – melhor dizendo, talvez ideológicos – comuns, suficientes para aglutinar em torno de uma prática, aquele grupo de intelectuais/militantes – que acaba por dar uma tônica de busca de transformação social radical para toda a equipe de governo [...] era exatamente a postura política de luta radical contra o estado de dominação social vigente [...] uma postura anticapitalista [...] um impulso generalizado de se ir ao povo – este sempre visto como desarticulado e frágil – para organizá-lo [...] acompanhado de uma

crença quase cega na capacidade de o próprio “povo oprimido” se organizar e contrapor-se às forças dominantes.

Fica patente na constatação acima a ausência de um projeto político que pautasse a administração de Dirceu. Um grupo de intelectuais em torno de uma liderança, o prefeito, identificou o inimigo principal, o regime militar, e passou a desenvolver ações que denotavam oposição ao governo central e estadual, que se caracterizavam pela prática de dominação e ampliação do modo de produção capitalista da vida social. Do ponto de vista metodológico, a indicação é de que a ação política é de cima para baixo. Algo natural, se comparada com a grandiosidade do Projeto Lageano. As iniciativas das ações é a equipe de governo. Ela “vai ao povo”. A população está desprovida de qualquer exercício de participação política ou de uma cidadania ativa, como atesta a história das relações sociais e de poder da região serrana. Contudo, da parte da equipe de governo, há uma crença no poder de articulação e organização popular.

De qualquer maneira, tudo leva a crer que a composição da equipe de Dirceu Carneiro diferenciou-se de composições anteriores, isto considerando-se a visão de “transformação social”, a posição política de “luta radical contra o estado de dominação social” e uma “postura anticapitalista”. O contraste reside nas composições anteriores de governo na história das administrações políticas de Lages, com exceção da de Juarez Furtado a qual foi, no mínimo, ambígua, pois, utilizando-se do populismo de massa, focou a modernização conservadora. A administração de Juarez Furtado apesar de populista, não rompeu com as práticas históricas. Tudo indica que as ações de Dirceu Carneiro foram provocando reações de setores conservadores e representantes de forças historicamente dominantes na cidade e na região serrana.

Afirmções de Laélio Bianchini (apud ALVES, 1980, p. 119), atestam esta veracidade: “Dirceu não é político, Dirceu Carneiro é um sonhador. Imagina que ele quer resolver os problemas que o Brasil vai levar cinquenta anos para solucionar, em apenas quatro anos, e logo a partir daqui de Lages. É ou não é um sonho?”

Para Alves 1980, pode ser que o Sr. Laélio tenha razão, porém o prefeito Dirceu Carneiro viu que estes sonhos poderiam ser realidade com uma equipe, com política organizada, convidando o povo para fazer parte da Prefeitura e das decisões nela tomadas. As ideias discutidas nos encontros com sua equipe passaram a tornar-se força material e impulsionar todos para o futuro, capaz de transformar os sonhos em realidade.

Pelos princípios e ações descritas, é possível inferir que a grande intencionalidade da equipe de Dirceu Carneiro foi romper com esta história e definir novos destinos para a sociedade ao aproximá-la do estado e o estado dela pelo exercício da “democracia participativa”, como coloca Alves (1980).

Segundo Alves (1980), Dirceu tinha consciência dos problemas da cidade, particularmente do “inchamento de sua população”. Sua visão de administração e modelo de desenvolvimento permitiu pensar que partiu da real situação do povo. Desprovida de recursos internos e externos, a administração apostou na capacidade e nos recursos da própria população. Portanto, conforme aponta Alves (1980, p. 29): “Neste sentido a opção de governo não foi a construção de grandes obras, mas investir naquilo que se constituiria em sua estratégia maior: a organização popular para obter a participação popular”. Nos dizeres de Alves (1980, p. 30):

Em Lages a regra é: quem não está organizado não tem acesso aos serviços da municipalidade. Não se trata, no caso, de uma imposição arbitrária, mas sim de uma decorrência dos métodos de trabalho empregado. Por exemplo: como a prefeitura tem muito pouco dinheiro para fazer o calçamento das ruas, só calça as ruas depois que a população do bairro se reunir, discutiu e escolheu pelo voto as que devem ser calçadas [...] o mesmo acontece com criação de postos médicos, com a reconstrução e a ampliação de escolas, com a distribuição dos serviços dos tratores que são mandados para o interior para arar as terras dos pequenos agricultores. A presença da comunidade se impõe, é solicitada e, assim, o próprio sentimento de comunidade é desenvolvido [...] é essa articulação entre as pessoas que formam um grupo social que está presente no lema escrito por toda parte: “Lages, a Força do Povo”.

Em nossa perspectiva de análise, o que importa é trazer à luz as intencionalidades, os princípios e as ações que moveram a administração da Equipe Dirceu Carneiro para situar o contexto socioeconômico e político no qual se concebeu e gestou o Projeto Lageano de Habitação – objeto maior a ser alcançado no desenvolvimento mais amplo deste trabalho. Na tentativa de alargar o contexto em forma de síntese, parece válido afirmar que a estratégia desta administração foi apostar na educação e organização popular. Já as proposições sociais e políticas, conforme Peixer (2002, p. 185), reforçam a ideia de abertura:

A equipe Dirceu Carneiro procurou romper com essas práticas, tendo por princípio que a resolução dos problemas locais só era possível com a participação da sociedade. [...] É um processo de abertura de novos espaços de democracia e autonomia da população.

No que diz respeito ao Projeto Lageano de Habitação, cabe elaborar o que o sociólogo Zigmund Bauman (2009) denomina de problematização que, segundo ele, implica uma postura crítica desaprendida pela sociedade contemporânea. Em outras palavras, sugere a

prática da filosofia da suspeita sobre os fenômenos que ocorrem na vida cotidiana. Acontece que a naturalização dos valores, dos princípios, da visão de mundo e das condutas humanas parece ser inerente à condição da cultura na qual o ser humano se desenvolve. Por isto, a desnaturalização é:

[...] transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico [...] são princípios metodológicos da construção do conhecimento e se constituem em um poderoso antídoto para o distanciamento e estranhamento de um objeto de estudo do qual estes autores são conhecedores e envolvidos diretamente com sua história. (DA MATTA, 1993, p.157).

De fato, foi um exercício de “participação popular”, de “democracia participativa” como destacam diferentes autores quando analisam a administração de Dirceu Carneiro. Por isso perguntamos? A população beneficiária respondeu às expectativas da gestão pública, que apostava no seu potencial e na valorização dos seus próprios recursos? Frente à limitação dos recursos internos e externos, a saída que os sujeitos envolvidos encontraram para prosseguir no projeto foi realmente o envolvimento da população? São questões que deverão acompanhar nossa investigação, que busca decifrar a constituição e desenvolvimento do Projeto Lageano de Habitação.

É sabido que, além da construção das casas, o Projeto conseguiu desenvolver outros programas que emanavam da administração, como horta comunitária, associação de pais de alunos, associação de moradores de bairro, posto de saúde, uma escola com um projeto político-pedagógico embasado nos princípios pedagógicos freirianos, como apontam diferentes análises realizadas. As análises feitas no capítulo seguinte fornecerão sustentação para os fatos políticos administrativos que ocorreram na administração de Dirceu Carneiro relacionados com a construção do Projeto Lageano de Habitação.

4 PROJETO LAGEANO DE HABITAÇÃO: HISTÓRIA, CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS, METODOLOGIA E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A importância da história da existência de um presente “toda fase histórica deixa seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo, pelo qual o presente contém todo o passado e o passado realiza no presente o que é essencial de um incognoscível que seria a verdadeira essência” (GRAMISCI, 1977, p.873 apud SIMIONATTO, 1995, p.14).

Neste capítulo, apresenta-se a história do Projeto Lageano de Habitação, suas concepções, princípios, metodologia e as ações educativas ocorridas através da educação não formal. De quem ou de onde parte a ideia de construir casas para famílias de baixa renda? Mas, para se chegar a estas respostas, nos capítulos anteriores, apresentou-se um pouco da história de Lages e região envolvendo: política, economia, cultura e sociedade. E para as indagações não respondidas por meio das referências bibliográficas foi-se a campo ouvir os moradores que construíram suas casas no Projeto Lageano de Habitação, residentes ainda no bairro Habitação, bem como quatro dos participantes da administração “A Força do Povo”, residentes em Lages.

A história do Projeto Lageano de Habitação se inicia juntamente com a os ideais políticos do então futuro prefeito de Lages Dirceu Carneiro⁴, em entrevista diz: *“a intenção de oferecer um projeto como o Projeto Lageano de Habitação, nasce juntamente com a minha trajetória política, tendo como inicio os movimentos estudantis onde fui presidente em 1964, ano em que a ditadura fechava todos os diretórios inclusive o de arquitetura da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Também participei da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1969 e 1970, onde este movimento foi a nível mundial. É nestas lutas diárias contra a política, contra a ditadura, lutando pela liberdade de organização política, eleições livres, voto direto utilizando o slogan “Mais pão, menos canhão”. Que percebi a necessidade de lutar pelos despossuídos, marginalizados, excluídos dos benefícios sócias.*

Este sentimento de ser útil ao povo, sem condições é uma filosofia para o futuro prefeito de Lages, construída nos anos de diretório e vivendo em uma cidade com o número maior de população como Porto Alegre. Pode-se chamar de segunda etapa da história do

⁴ Dirceu Jose Carneiro, Prefeito do município de Lages de 1977 à 1982, idealizador do Projeto Lageano de Habitação. Entrevistado em janeiro de 2012.

Projeto Lageano de Habitação, quando Dirceu, volta para Lages com novo olhar sobre a política nacional *“Em 1972 fui eleito vice-prefeito de Lages. O que me levou para a política partidária o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foi a desigualdade que a sociedade brasileira estava sofrendo. Lhes faltava os direitos mais fundamentais: de votar no candidato da sua escolha, direito a organização política, direitos civis, direitos sociais, respeito e dignidade. Foi por tudo isso que em 1975 depois de eleito como vice-prefeito de Juarez Furtado, me candidatei a prefeito do município de Lages e venci. Com a responsabilidade de na prefeitura como gestor iniciar um processo de Brasil Democrático, articulado com outros líderes pelo Brasil a fora”*.

O processo político de Juarez e Dirceu encontra-se descrito no capítulo 3 desta dissertação e fazem parte do histórico do Projeto Lageano de Habitação. Este projeto faz parte dos ideais de Dirceu, parti do prefeito Dirceu Carneiro a ideia de casas populares através do mutirão da Habitação. Este dado foi colhido na entrevista realizada com Candido Bampi membro da equipe “A Força do Povo”.

O MDB, sendo partido de oposição ao regime militar, convidou todos os seus filiados para uma reunião em Porto Alegre privilegiando na pauta assuntos relacionados às ações municipais. Para Souza (2000, p. 15), este encontro tornou-se “O Seminário de Porto Alegre, o qual resultou no documento ‘O MDB e a ação municipalista’. Neste documento, de cinco capítulos, as questões em pauta vão desde as eleições de novembro 1976 até o que poderia uma prefeitura do MDB realizar para o avanço político do seu programa e do próprio processo político nacional.” Ou seja, a grande preocupação girava em torno das discussões de como administrar as prefeituras com uma visão democrática e participativa.

Quando questionado sobre estes encontros e os projetos desenvolvidos durante a administração de Dirceu Carneiro como prefeito de Lages, sua resposta não deixa dúvidas:

São do arquiteto (referindo-se a ele), pois nós sabemos planejar e executar obras. Seria hipócrita se negasse a importâncias das reuniões, pois nelas a política era tratada como sendo o fator mais importante para conseguirmos combater a ditadura, e a melhor forma seria através da ajuda do povo, da democracia. Todos os projetos executados dentro da minha administração têm sim ideias, enfoques dos encontros com o MDB. (Informação verbal).

Não resta dúvida que os ideais da democracia participativa refletidas nas reuniões de Porto Alegre tiveram eco na prática política de Lages nos anos seguintes. Os incentivos herdados das reuniões com o MDB fez com que a administração de Dirceu Carneiro em Lages, utilizasse seu lema na íntegra “Lages a Força do Povo”. Dirceu relata que uma das estratégias de seu governo era reunir sua equipe toda semana para discutir os problemas a

serem enfrentados pela prefeitura considerando a realidade urbana e a do campo, tais como: êxodo rural, desemprego, urbanização e falta de moradias. Tratava todos estes problemas como sendo urgentes, porém a solução para a falta de moradias era primordial.

Alves (1980) em seu livro descreve duas soluções apresentadas pelo governo de Dirceu Carneiro com relação à habitação em Lages: uma para famílias que possuíssem uma renda mensal superior a três salários mínimos, adquirindo uma casa através da COHAB e outra solução seria a construção de casas do que se denominou de “mutirão da habitação”.

O Projeto Lageano de Habitação foi pensado pelo prefeito Dirceu Carneiro e dividido com sua equipe, desde o planejamento até a execução, pois sem sua equipe não conseguia pôr em prática todo seu planejamento em relação aos futuros projetos pensados para Lages.

A falta de emprego, o êxodo rural gerado pelo fim da atividade de exploração da madeira para Lages, como analisamos atrás, fez surgir ocupações humanas em terrenos considerados áreas verdes. Inúmeras aglomerações de casas foram se multiplicando aos arredores da cidade. Isso normalmente acontecia nas proximidades das serrarias que teriam sobrevivido à crise econômica em Lages, pois os funcionários esperavam voltar a trabalhar em alguma delas. Um exemplo disso foi a vila surgida nas proximidades do Jóquei Clube, criada pelos ex-funcionários das serrarias que acreditavam que poderiam voltar a trabalhar nelas. No entanto, estar próximo ao perímetro urbano da cidade trazia melhores oportunidades, pois além da perspectiva de emprego em uma serraria também possibilitava pegar restos de lenha e as mulheres poderiam oferecer seus serviços como domésticas. Além disso, havia melhor acesso à saúde para os filhos. Estas oportunidades não eram oferecidas nas vilas das serrarias.

Segundo Alves (1980, p.48), quando escreve sobre as moradias nas áreas verdes de Lages,

A ponta envenenada do êxodo rural é a favela. Antes de ver brotar os seus barracos disformes, a cidade de pedra e cal não se apercebe dos migrantes. São sombras em movimento pelas estradas, pelas ruas. Não podem ser seguradas, não têm cara nem registro civil. É quando erguem os seus abrigos com os materiais de ocasião que vão deslocando dos dejetos da gente estabelecida – a caixa de papelão da fábrica ou do supermercado, os pedaços de tábuas das escoras de cimento armado, a folha de zinco comprada Deus sabe com que suor de sangue.

A ocupação irregular de área verde sem nenhuma estrutura ou planejamento urbano acontecia por todas as franjas da cidade. Em entrevista realizada com o Sr. Candido Bampi⁵, lembra outra situação de moradias irregulares em outra região da cidade: “*nas proximidades do bairro Santa Helena, em uma área verde, mais de 50 famílias haviam invadido o terreno e*

⁵ Candido Bampi Filho foi secretário de obras na administração a “Força do Povo” entre os anos de 1977 à 1979.

construído casebres de madeira, sem qualquer arquitetura ou planejamento, sem segurança próximo a um morro.” (Informação verbal).

O entrevistado reafirma a importância de iniciar uma obra que conseguisse dar conta de tantas famílias sem ter onde morar no município de Lages e que pudesse oferecer: saneamento básico, educação, moradia, saúde e trabalho. Quando na entrevista pergunta-se para Dirceu Carneiro como foi concebido o Projeto Lageano de Habitação, ele afirma:

As serrarias chegavam a ser 200 km de Lages, estes 200 km afastavam as famílias de ter acesso à saúde, educação, diocese, serviços públicos como: previdência social, saneamento e outros. E este contingente de ex-funcionários das serrarias que se vê sem ter para onde ir e migram para Lages dobrando o número populacional. Vem para Lages em busca de emprego, formando vilas, sem quaisquer condições de moradia. Mas, o fator mais importante é a moradia, é a casa. A casa é um direito fundamental, e ao mesmo um lugar fantástico de aprendizado, um verdadeiro laboratório pode ser feito na cozinha através das verduras; aprender as formas geométricas enfim a convivência social que acontece através dela faz uma criança tornar-se um cidadão. Diante do exposto seria uma obrigação do poder público resolver os problemas apresentado para Lages em sua gestão e os dois considerados mais importantes seria oferecer trabalho e a casa. (Informação verbal).

Nesta perspectiva fica claro que trabalho e moradia foram políticas consideradas prioritárias nesta administração. Elas emergiram da necessidade real que se apresentava no contexto de uma cidade receptora de expressivo contingente de migrantes das ex-serrarias da região. Não foram as políticas públicas ou programas de governo estadual ou federal que inspiraram as práticas governamentais de Lages neste período. O olhar atento do administrador sobre as demandas da população local deve ter sido o fator determinante na elaboração dos projetos e programas de governo.

Na primeira etapa da pesquisa, cujo objetivo foi de entrevistar 100% das famílias moradoras do bairro Habitação, lembrando que este número teve um aumento significativo, pois em seu projeto original em 1978 o Projeto Lageano de Habitação beneficiaria 690 famílias com 690 casas, porém a falta de moradia cresceu juntamente com a população do município de Lages, que em 1980 era de 155.295 habitantes passando para 167.805 habitantes em 2009, dados do IBGE. Durante estes 35 anos a população do bairro Habitação foi apropriando-se de áreas não recomendadas pelo Projeto Lageano de Habitação, por isso este aumento de famílias residentes no bairro Habitação em 2012 é de 900 famílias.

Ao analisar os dados das entrevistas tem-se como objetivo “sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação.” (GIL, 2010, p. 156). Com foco nesta questão, fez-se a tabulação das 900 famílias. Destas, 313 famílias fizeram parte do projeto, pois as outras famílias não são

pertinentes a esta pesquisa. É com referência às 313 famílias que apresentei a tabulação das sete questões da primeira etapa da pesquisa de campo, realizada no mês de setembro de 2011. Todas as questões ligam-se umas às outras, para ter certeza da resposta dos entrevistados.

A tabela a baixo demonstra as cidades originarias das 313 famílias que residem no bairro Habitação a mais de trinta anos.

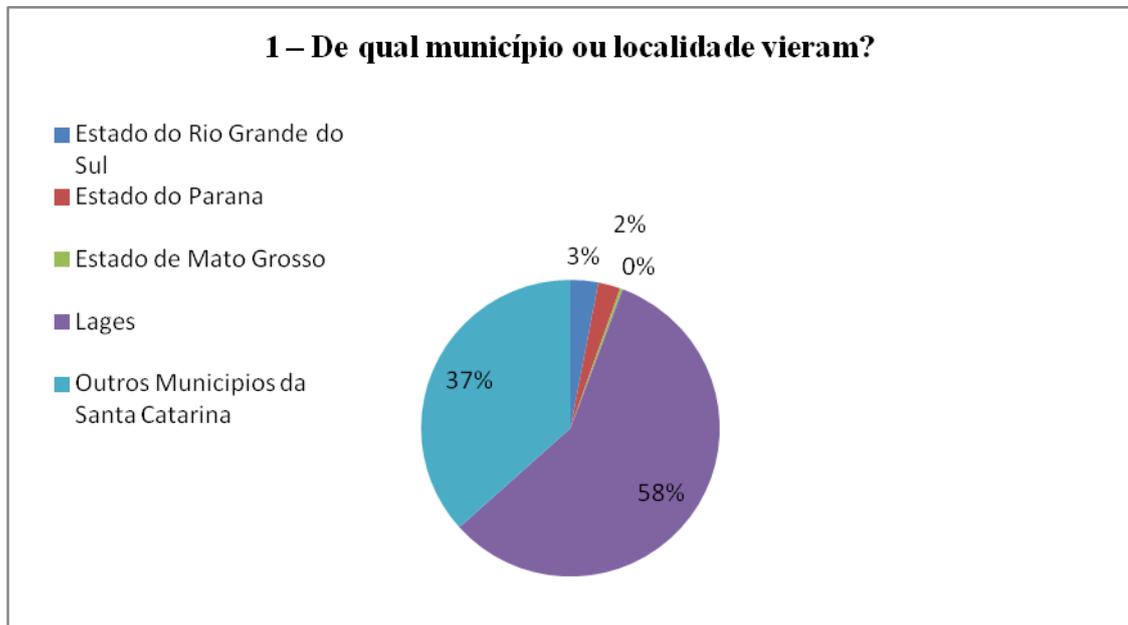
Quadro 1 – Origem das famílias entrevistadas

1 – De qual município ou localidade vieram?	
Estado do Rio Grande do Sul	10
Estado do Paraná	8
Estado de São Paulo	1
Estado de Mato Grosso	1
Cerro Negro	9
São Jose do Cerrito	9
Otacilio Costa	2
Capinzal	1
Rio do Sul	1
Bocaina do Sul	2
Lages	192
Bom Retiro	5
Campos Novos	7
Anita Garibaldi	32
Urubici	3
São Joaquim	14
Correia Pinto	4
Capão Alto	3
Alfredo Vagner	1
Florianópolis	2
Petrolândia	1
Taió	1
Celso Ramos	1
Bom Jardim da Serra	2
Painel	1
Curitibanos	4
Campo Belo do Sul	16
Total	333

Quadro 2 – Estados de origem das famílias entrevistadas

1 – De qual município ou localidade vieram?	
Estado do Rio Grande do Sul	10
Estado do Paraná	8
Estado de Mato Grosso	1
Lages	192
Outros Municípios da Santa Catarina	122
Total	333

Gráfico 1 – Origem das famílias entrevistadas



O número total de famílias moradoras no município de Lages e em outras cidades catarinenses ultrapassa 90 % das famílias entrevistadas, este número expressivo de catarinenses segundo Hoff e Simione (2004), se deu devido ao esgotamento da madeira araucária na região oeste de Santa Catarina, forçando a população destas regiões migrar para Lages. Onde existia a esperança da recuperação econômica das serrarias. Segundo os resultados apresentados, 192 famílias já eram moradoras do município de Lages quando fizeram parte do Projeto Lageano de Habitação, confirmando a informação dado por Dirceu Carneiro em entrevista ao ser questionado sobre os requisitos para a participação do Projeto Lageano de Habitação:

Deveria ser morador de Lages, a mais de cinco anos, não ter nenhuma propriedade em seu nome e ter uma renda mínima estipulada pela secretária do bem-estar social, que não saberia informar com precisão tal valor. Este tempo mínimo como morador de Lages era para não incentivar o êxodo rural, que já estava ocorrendo na região serrana. (Informação verbal).

Um das entrevistadas moradora da rua Ingazeiro, que faz parte das 192 famílias que já residiam antes de iniciar o projeto em Lages, quando questionada sobre qual município morava antes de vir morar em Lages?

Moramos em São Joaquim, depois fomos para pelotas, (perto da divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), as serrarias que meu marido trabalhava diminuí o serviço em São Joaquim e o patrão pediu para nos mudar

para uma comunidade chamada de “Pelotas”, nome este dado a comunidade devido sua proximidade com o rio.

Durante a entrevista comento sobre as vilas que surgiam nas proximidades das serrarias de Lages, a mesma moradora diz que também morava nesta vila e conta sobre sua experiência:

Quando estávamos indo morar no Pelotas, meu filho mais velho tinha 9 anos, já deveria estar na escola, mas precisamos trabalhar. No ano seguinte meu marido pediu demissão, mesmo porque mais uma vez o serviço estava no fim. E já sabíamos que seria necessário nos mudar mais uma vez. Então mudamos para Lages; O filho mais velho tinha 10 anos quando iniciou a primeira série na escola Lupércio de Oliveira Koeche, nós tentamos pagar aluguel em uma casa com água e luz, mas o dinheiro não deu. Então uma irmã do meu marido, que já morava na vila, cedeu parte do terreno dela para construirmos nossa casa. Era uma casinha pequena com cozinha e um quarto. Morávamos em seis pessoas: eu, meu marido e quatro filhos. A luz vinha das lamparinas e a água de um poço construído pelos homens da vizinhança que era utilizada por várias famílias e o banheiro era lá fora na casinha. (Informação verbal).

Para esta moradora o término do trabalho na serraria gerou a necessidade de buscar novas alternativas de vida garantindo fundamentalmente trabalho e educação. A vinda para a cidade de Lages foi uma opção. Contudo, ao chegar à cidade, a primeira dificuldade encontrada foi a acesso ao trabalho e a precariedade da moradia. Sem recursos para adquirir um lote ou uma casa, a alternativa encontrada foi a solidariedade de algum parente cedendo espaço em sua casa ou no lote já ocupado.

Silveira (2005, p.40) confirma os benefícios oferecidas nas vilas das serrarias:

“O número de casas da vila operaria variava de acordo com o tamanho e a capacidade de produção instalada de madeira da serraria. Algumas dessas vilas eram semelhante a pequena cidade em torno da serraria. Construíam-se uma igreja, uma escola, um salão para os bailes e um armazém para atender a população que permanecia isolada a maior parte do tempo”

Quando esta moradora foi questionada sobre a diferença entre as vilas nas serrarias e sua casinha de madeira em Lages, afirmou que:

Aqui era melhor porque nas serrarias eu não tinha como trabalhar, porque fazer o quê? Oferecer serviços a quem? Se as outras famílias estavam na mesma situação. A única coisa era plantar e ter uma vaca para alimentar os filhos, galinha, coelho. E foi por causa dos filhos que resolvi mudar, lá não tínhamos escola, médico, posto de saúde. Quando um filho ficava doente precisa caminhar mais de 5 quilometro para chegar à estrada e pegar o ônibus para depois vir a Lages para consultar, e às vezes sem dinheiro porque o gerente das serrarias somente entregava o pagamento para os funcionários não para as esposas, e quando a extração era muito longe eles ficavam sem ir para casa até 20 dias. Nestes 20 dias precisa comer o que tinha e não poderíamos sair de casa. Aqui em Lages não, eu tinha meu trabalho, recebia toda semana, meus filhos tinham escola e mais próximos do hospital e de médico. (Informação verbal). (No Anexo 09 está uma foto cedida pela entrevistada na qual apresenta a forma de trabalhar nas serrarias).

O depoimento da entrevistada chama a atenção ao fato das dificuldades sendo concentradas sobre as mulheres e os filhos no ambiente da serraria. A ausência do trabalho

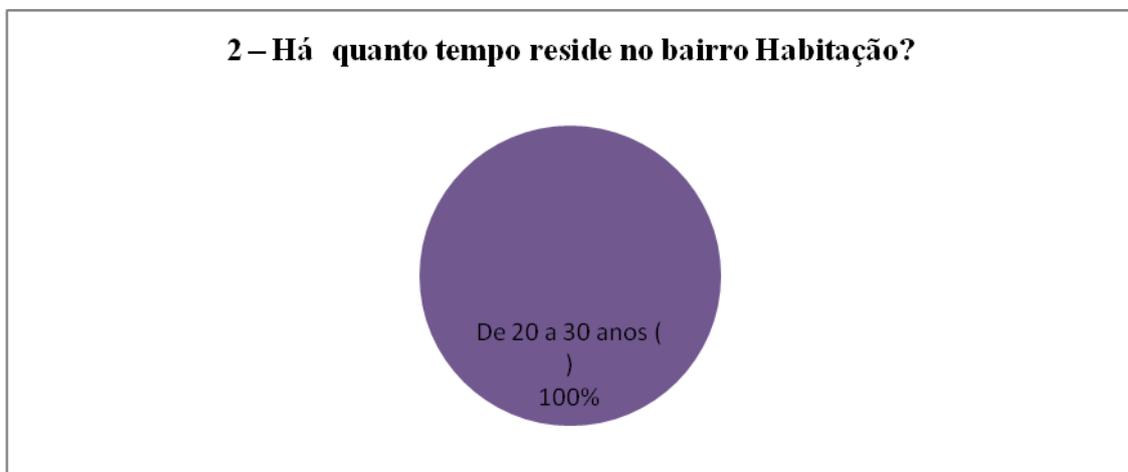
por tempo prolongado gerava mais insegurança e atrasava a chegada dos recursos financeiros para adquirir inclusive o alimento.

A mesma moradora da rua Ingazeiro que fez parte da primeira etapa da pesquisa, estabelecendo residência no município de Lages, antes de iniciar o Projeto Lageano, também se enquadra nos requisitos na segunda pergunta da pesquisa de campo como mostra o quando de número como segue a baixo.

Quadro 3 – Tempo de residência no bairro Habitação

2 – Há quanto tempo reside no bairro Habitação?	
De 5 a 10 anos ()	
De 10 a 15 anos ()	
De 15 a 20 anos ()	
De 20 a 30 anos ()	333
Não Soube Responder ()	
Não Sabe ()	
Total	333

Gráfico 2 – Tempo de residência no bairro Habitação



Assim, como a moradora entrevistado o contexto de migração da população advinda das ex-serrarias da região materializado na precariedade das moradias em Lages angustiava a administração municipal de Dirceu Carneiro. A outra preocupação residia na multiplicação de ocupação espontânea em espaços públicos considerados áreas verdes ou de risco no bairro Santa Helena ou Morro Grande.

Em um terreno localizado nos fundos do antigo aeroporto da cidade, vizinho ao atual Jôquei Clube que inicia o “Projeto Lageano de Habitação”. Que para Peixer (2002), o projeto

somente poderia ser possível cumprindo um princípio: que a resolução dos problemas locais fossem resolvidas com a participação da sociedade.

Na entrevista com Dirceu Carneiro, perguntamos acerca das razões da origem do Projeto Lageano de Habitação, o porquê da sua existência? De que forma foi concebido?

A falta de moradia era um problema existente em Lages, anterior a minha administração. Mas, não bastaria dizer que ele já existia, precisávamos resolver. Com o aumento da população devido ao êxodo rural e ao fechamento das serrarias resulta em um número expressivo de população carente sem ter onde morar. Atento nas mediações do Jôquei Clube, em um terreno da prefeitura, inicia o processo de planejamento das casas populares. Projeto esse diferente ao da COHAB, pois não recebíamos recurso algum do governo federal devido ao regime militar, e o governo do estado também não nos ajudou, sendo levado em consideração questões político partidárias. Estava claro para a prefeitura a necessidade das residências, então se faz um levantamento topográfico do local, sendo em formato de ferradura devido sua proximidade com o rio Cahra, e a divisão dos terrenos 15 por 20 metros permitido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) para casas populares. Tínhamos o terreno, estava nos faltando material e mão de obra. Em fevereiro de 1978 terminamos o planejamento do Projeto Lageano de Habitação partindo para a ação, para a construção das casas. (Informação verbal).

Deste relato acerca da origem do Projeto vê-se que, de um lado, a população que vivia em condições precárias de moradia encontrava sensibilidade por parte da administração local. De outro, a Prefeitura encontra-se sem recursos para responder a demanda. O município e a região vivem uma crise econômica profunda. Fim do ciclo da madeira. Além da diminuição dos impostos, intensifica-se o desemprego. Maurício Tragtenber escreve no livro de Alves (1980, p.7): “Não se pode fazer pelo povo sem o povo”, a prefeitura somente conseguiria iniciar o Projeto porque contou com a disposição de participar dos futuros beneficiários, pois não detinha todos os recursos para levar em frente sozinha a execução das ações. Isolada sem contar com nenhum apoio externo, a administração é desafiada a encontrar soluções a partir das condições locais. O caminho começa a ser trilhado. O terreno disponível foi o primeiro passo. Mas, como adquirir material e garantir a mão de obra?

A administração propôs o “mutirão” como forma de resolver o problema da mão de obra. Alves (1980) diz que o mutirão é uma prática comum na agricultura, embora nos campos seja conhecida como “pixhutum”: quando as famílias não conseguem colher uma roçada e não dispõem de mão de obra suficiente, solicita a ajuda de vizinhos. Em troca, recebem uma boa música, bebida e churrasco ou a retribuição da ajuda no roçado do vizinho. Esta forma de solidariedade é encontrada nas conversas dos caipiras desde 1818 no interior do estado de São Paulo, quando nas lavouras o mutirão surgia como uma oportunidade para solucionar os problemas com a falta de mão de obra nas lavouras de algodão (CANDIDO, 1975).

A idéia do mutirão surpreende. Sugere algo grandioso. Alves (1980, p. 51), demonstra a grandeza do Projeto em termos numéricos: “Um terreno de 287 mil metros quadrados, possibilitava construir 690 casas, com uma população prevista de 4000 pessoas.” A organização partiria inicialmente da Prefeitura, construindo as primeiras casas, apostando na posterior organização e participação da população interessada no Projeto. Segundo a entrevista com o Candido Bampi: “[...] a ideia de solicitar a participação do povo foi do Dirceu, pois o valor gasto somente com mão de obra fica próximo a 40% do total dos recursos da obra e, como a prefeitura bancaria tal valor? Não tínhamos condições de pagar. Então, nas reuniões da equipe “A Força do Povo”, Dirceu solicita a ajuda do povo, futuros moradores e funcionários para iniciarem a obra.” (Informação verbal).

É importante perceber como as iniciativas do Projeto vão se originando de um contexto de crise e de constante desafios ao longo de sua execução. Não existe solução mágica. As inspirações não emergem de uma proposição oriunda, seja do governo estadual ou do federal. Sem justificar a ausência de recursos, mas o que fica demonstrado neste processo é que nem sempre a falta de recursos é o obstáculo para empreendimentos públicos.

Ao se referir ao modo como a população se insere no mutirão, Candido Bampi recorda que no trabalho:

Cada família ajuda através do mutirão a construir sua casa e de alguns vizinhos, os alicerces e a planta baixa são realizados através de orientação de funcionários públicos municipais que diariamente visitam as obras. Após o termino da parte estrutural, é de responsabilidade das famílias o restante das paredes, piso, aberturas e acabamento considerados de acabamentos fica por conta de cada família. (Informação verbal).

Observa-se que o mutirão passa por uma divisão de trabalho bem definido. O poder público garante a parte estrutural da casa. Os futuros moradores das residências entraram com a execução de trabalhos relativos ao levantamento de paredes, pisos e aberturas. Cabe também a eles os acabamentos finais.

O número de residências que estava no planejamento do Projeto Lageano de Habitação, que surpreende Alves, também nos surpreende, pois o número de famílias que ainda residem no bairro Habitação e que participaram da construção do Projeto Lageano de Habitação em 1978 é de 133 famílias. Das 333 famílias que residem no bairro a mais de 20 anos somente 133 destas participaram do mutirão da construção de suas próprias casas. Pois a quantidade de tempo como morador do bairro Habitação é um dos pré-requisitos para a escolha da amostra da segunda etapa da pesquisa. Porém, como esta etapa da pesquisa foi realizada por terceiros, ou seja, não foi somente a mestrandia a realizar a pesquisa e, também,

levando-se em consideração que os entrevistados poderiam não ter entendido a pergunta, parti do pressuposto que deveria confirmar a informação com uma segunda questão, reforçando os dados sobre as famílias remanescentes do projeto do mutirão da Habitação.

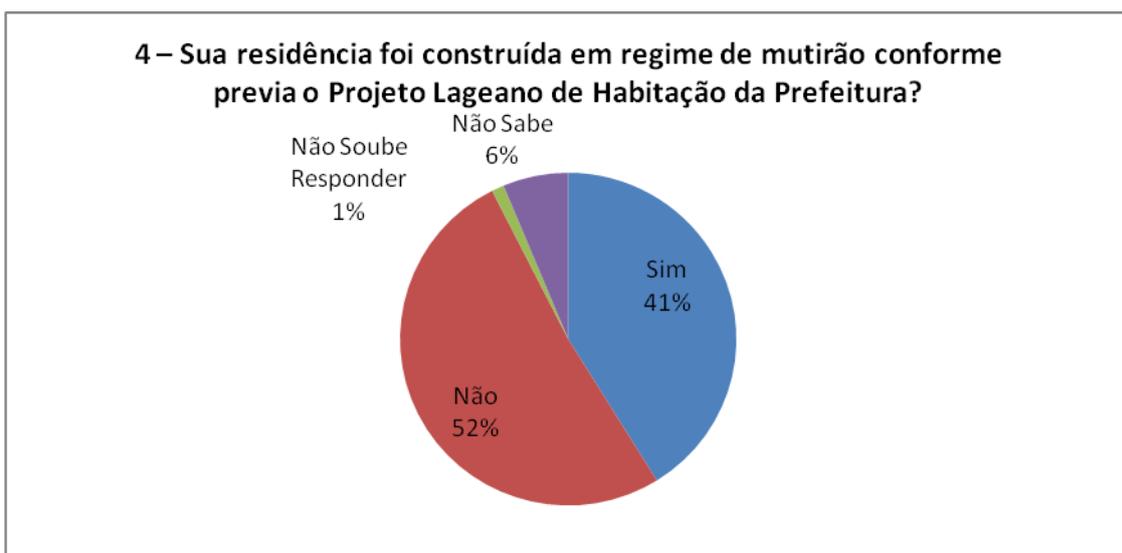
Quadro 4 – Famílias participantes do Projeto Lageano de Habitação

3 – Participou da construção das residências do Projeto Lageano de Habitação?	
Sim	133
Não	183
Não Soube Responder	5
Não Sabe	12
Total	333

Quadro 5 – Regime de construção das casas

4 – Sua residência foi construída em regime de mutirão conforme previa o Projeto Lageano de Habitação da Prefeitura?	
Sim	137
Não	171
Não Soube Responder	4
Não Sabe	21
Total	333

Gráfico 3 – Regime de construção das casas



Nota-se que três famílias ajudaram a construir, porém não construíram sua própria casa através do Projeto Lageano de Habitação. A confirmação de as famílias incluírem-se na

base para amostragem da segunda etapa está na questão número quatro, sendo seu resultado de 137 famílias que moram no bairro Habitação a mais de vinte anos, participaram do Projeto Lageano de Habitação e sua casa foi construída através do mutirão da habitação na administração “A Força do povo”.

A ideia de solicitar a ajuda dos futuros moradores seria a solução do problema com relação a mão de obra, porém Dirceu Carneiro compartilha outro desafio na constituição do Projeto Lageano de Habitação, ou seja, a aquisição dos materiais de construção seria da responsabilidade de quem?

Dirceu Carneiro diz que:

Enquanto o projeto estava somente no papel surgiu a solicitação de demolir um casarão onde hoje é o Banco Bradesco, mas o secretário de obras que na época era quem sedia a máquina para retirar os entulhos disse: Dirceu tem coisas boas no casarão que podemos ocupar para o mutirão da habitação. De imediato pedi pra ele e outros funcionários iram para lá e retirar tudo o que pudessem e levasse para o coração do mutirão (expressão utilizada em Alves (1980, p. 52), quando menciona o depósito dos materiais para a construção das casas, local hoje que fica a Escola Mutirão). No dia seguinte, em reunião, comuniquei à equipe que talvez tivesse encontrado a solução para o problema material para o mutirão da habitação. (Informação verbal).

Segundo Alves (1980, p. 52), trás em dados quantitativos o que representou a iniciativa da administração em aproveitar material da primeira construção demolida e endereçada para o Projeto afirmando que, “só com os restos de um grande armazém, derrubado pelo Bradesco para abrir espaço à construção de sua sede, foram construídas 25 casas”.

Sabendo que somente aquela demolição não bastaria para construir 690 casas, Dirceu Carneiro solicita a todos os funcionários municipais que um dia por mês fossem para a vizinhança pedir ajuda para o mutirão.

Esta ideia sensibilizou tanto que nos dias da arrecadação para o mutirão, era um dia de contribuição espontânea jamais vista na história de Lages, as pessoas ligavam para a rádio e diziam – Pedi para o carro da prefeitura passar aqui na rua tal que estou doando um milheiro de tijolo. Vejam só, as pessoas chegavam a comprar para doar ao Projeto Lageano de Habitação. Outras ligavam e diziam tenho uma janela, e na loja tenho outra porque comprei e quero doar as duas. Mas precisam ir lá retirar, posso ir junto para ver e como é este projeto e ajudar? (Informação verbal).

Mesmo com a ajuda dos funcionários e da população do município de Lages, ainda restavam casas a serem construídas, e para isso muitos beneficiários precisaram comprar material de construção para ter sua casa. O quadro a baixo demonstra esta falta de material que aconteceu principalmente do meio para o fim do projeto.

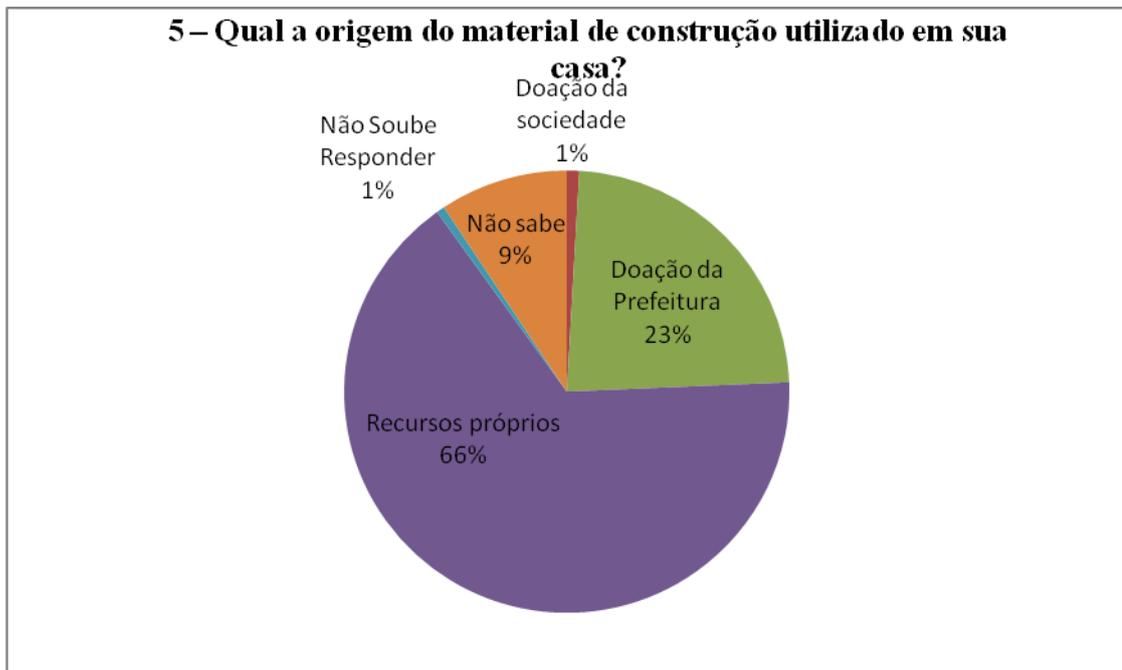
Como demonstra o quadro número 6, que das 333 famílias que ainda residem no bairro Habitação 3 delas receberam doação de material de construção da sociedade, 78

receberam ajuda da prefeitura e 219 construíram suas casas com recursos próprios, ou seja a população anima com o início do Projeto Lageano de Habitação, faz as doações, porém do meio para o final não participam com mesma intensidade

Quadro 6 – Origem do material de construção usado na construção da casa

5 – Qual a origem do material de construção utilizado em sua casa?	
Doação da sociedade	3
Doação da Prefeitura	78
Recursos próprios	219
Não Soube Responder	2
Não sabe	31
Total	333

Gráfico 4 - Origem do material de construção usado no Projeto Lageano de Habitação



O depoimento da moradora da rua ingazeiro vem ao encontro dos dados obtidos com a primeira etapa da pesquisa: *o banco de matérias era onde hoje é a escola mutirão, o responsável pela distribuição era um funcionário da prefeitura chamado de Tergino. A exigência da prefeitura era que somente poderia pegar material o morador da rua, que já estivesse com a fundação pronta para dar início a construção de sua casa na mesma semana. Quando indagada sobre os detalhes desta fundação a moradora diz: A prefeitura iniciou o projeto na rua do campo de futebol (quadra A), e nestas primeiras casas sobrava material, porque estava no início da campanha. Era novidade, e todas as pessoas gostariam de doar. Porém, o processo que requer maior tempo em uma obra é a construção das*

pareces, telhado e acabamento; E para este processo a prefeitura disponibilizava três funcionários por casa, mas uma construída por vez.

Conforme o depoimento da moradora, a ajuda da prefeitura foi essencial para a construção do alicerce e do início de toda a obra da construção das casas. Mas, como qual material? E como era o transporte destes materiais até seu terreno? *Eu era o transporte, diz a mesma moradora da rua Ingazeiro, tínhamos medo de ficar sem material e não tínhamos dinheiro para comprar, então, carregávamos nos costas saco de cimento, telhas tudo (a moradora mostra uma cicatriz no joelho, herança das lajotas vermelhas que provocavam cortes profundos). Eu e meus filhos chegávamos ao depósito ali na escola Mutirão três a duas horas antes do horário de inicia-se suas atividades às oito horas e iniciava a entrega. Porque chegavam tem cedo no banco de materiais se o funcionário da prefeitura iniciava seu trabalho às 8:00 da manhã? Tínhamos medo de ficar sem material, porque eram muitas as pessoas na fila, então quanto mais cedo chegássemos teríamos a certeza de receber algum material. E o material que faltou como areias, porta, janela, como a senhora conseguiu? O material que faltou para o término da construção da minha casa foi eu que comprei, meus dois filhos mais velhos já estão trabalhando então o dinheiro delas era para este fim. Mas faltou pouco grande parte conseguimos através da prefeitura.*

Este exemplo passado de mãe para filho, na busca de material para construção de sua casa pode ser entendido como:

A estrutura de uma sociedade e a forma como o aprendizado é estruturado – a maneira que passa de mãe para filha, de pai para filho, do irmão da mãe para o filho da irmã, [...] determinam muito mais do que o conteúdo real do aprendizado, não só a forma como os indivíduos aprenderão a pensar, mas como o acúmulo de aprendizado, a soma total das peças separadas de habilidades e conhecimento, é compartilhado e utilizado. (BAUMAN, 2008, p.158)

Do ponto de vista dos futuros moradores quais eram os principais problemas enfrentados na execução do projeto? Para a moradora da rua Guamirim, em entrevista concedida no mês de novembro de 2011:

Não saberia caracterizar dificuldade, pois morar de favor sim é ter dificuldade, mas puxar de carrinho de mão areia, cimento, tijolo, lajota, terra e outras coisas que faz para construir sua casa, não considero dificuldade. Considero conhecimento, amizade, pois uma viagem eu fazia sozinha, na outra um vizinho ajudava, uma criança me acompanhava. Talvez, a falta de tempo, por parte do meu marido, porque a casa foi construída somente nos finais de semana. Se ele estive de férias, por exemplo, poderíamos ter a nossa casa meses antes. (Informação verbal).

A informante revela alguns sentimentos que moviam os futuros beneficiários na construção das casas. Muitas delas contou somente com a participação de mulheres e filhos e isto chama atenção pelo fato de que a construção civil é mão de obra destinada

exclusivamente a homens, na cultura do mundo do trabalho brasileiro. O trabalho em mutirão criou vínculos interpessoais, cimento, tijolos e amizade, gerando inclusive novos conhecimentos.

O mesmo questionamento foi feito para a moradora da rua Acácia Extremosa na entrevista de novembro de 2011 e a moradora responde:

As maiores dificuldades foram a espera e o medo, a espera porque a construção era feita por quadras, e deu início lá perto do campo, na rua Álvaro Nery dos Santos, então víamos toda a mobilização, mas tínhamos que esperar o engenheiro da prefeitura medir o terreno e colocar as estacas da casa. Medo, porque estávamos vendo que o material que ficava onde hoje é a escola Mutirão, estava cada dia diminuindo e tinha coisa que não poderíamos guardar. Então pra mim, foi a espera e o medo. (Informação verbal).

Mas para Dirceu estava claro um princípio advindo de sua formação acadêmica ao afirmar que: “*Se os três principais problemas estão resolvidos, precisamos é construir as casas com a ajuda da família, para ele a casa é um lugar de ensino, uma oficina onde ensinar e aprender é a melhor herança.*” (Informação verbal).

O reflexo da participação dos futuros moradores beneficiados pelo Projeto Lageano de Habitação pode ser conhecido pela ilustração de Candido Bampi,

[...] as casas eram construídas com o banheiro entre os dois quartos da casa, neste formato foram construídas quatro ou cinco casas, mas a comunidade principalmente as mulheres estavam com medo de voltar cheiro dos banheiros, e as próximas famílias a terem suas casas pedem para mudar a planta e o banheiro passa a ser na parte de trás da casa, com a porta para área externa. Está solicitação é feita em uma terça-feira, dia em que moradores e funcionários da prefeitura encontravam-se para conversar e analisar os problemas encontrados no projeto. (Informação verbal).

Neste relato pode-se encontrar uma janela aberta para identificar a metodologia utilizada na constituição e execução do Projeto. Primeiramente o Projeto não estava fechado em sua concepção. Parece haver uma plasticidade na sua realização abrindo possibilidade para mudanças com sugestão advindas inclusive por parte da população envolvida nas ações. Segundo, com a consciência ou não deste caminho, a administração possibilita a participação popular no desenvolvimento de suas políticas de governo. Importante o fato das mulheres, através de uma ação coletiva, são ouvidas, opinam ao ponto de alterar o projeto arquitetônico das casas. É um fato relevante se consideramos o contexto da década de 1970, auge do regime militar e onde o movimento feminista no Brasil não tinha visibilidade social, política e acadêmica.

Maurício Tragtenber escreve, no livro de Alves (1980, p.8), que estas atitudes podem ser explicadas como: “auto-organização popular é o fundamento dessa prática administrativa,

social e política. Ela reverte o centro de decisões: não são burocratas mordômicos que decidem sem o povo o que é melhor para eles, é o povo organizado que toma a palavra.”

Convém logo adiantar que a constituição do Projeto Lageano de Habitação parece não ter acontecido sem a consciência das dificuldades por parte do poder executivo, segundo a visão de nossos entrevistados. Ao referir-se às dificuldades Dirceu Carneiro diz que:

A grandiosidade do projeto é tão prazerosa que as dificuldades, por maiores que sejam se tornam desapercibidas[sic], mas as dificuldades existiam principalmente quando envolvia outras instituições públicas, como na solicitações de instalação de energia e água e esgoto. Um fato que marcou foi as doações, parece que o povo cansou de ajudar, mesmo sabendo que seria para famílias diferentes, as doações diminuíram significativamente após um ano, talvez um pouco mais. E daí para o poder público também dificultou, sem recursos, o único meio foi mais uma vez recorrer ao povo, organizar com as famílias beneficiada com as casas do projeto os meios de diminuir suas despesas para que os recursos deixados para a construção da moradia aumentassem. Eis que nasce dessa necessidade o projeto do horto familiar, e logo após em um terreno da prefeitura o horto comunitário onde as famílias poderiam retirar dali algum sustento. Diminuindo as despesas com alimentação e este dinheiro poderia ser utilizada na compra de matérias para a obra da construção das casas das famílias participantes do projeto..

Os serviços de instalação de água e energia eram atribuições do Estado através das Centrais de Energia Elétrica de Santa Catarina (CELESC) e da Companhia de Água e Saneamento Básico (CASAN⁶). Na posição de oposição as forças políticas que ocuparam o Estado não tem nenhum interesse em contribuir para ver o êxito de uma administração tida como adversária política. Então as estratégias de fechamento de canais de negociação ou lentidão na prestação de serviços são acionadas imediatamente. Alves (1980, p. 61) descreve que “A infraestrutura de água e esgoto do projeto esta sendo feita pelos próprios moradores, sob a supervisão de um engenheiro da Prefeitura e de seu Tergino, o mestre de obras que é uma espécie de faz-tudo de lá”. Portanto, o pedido de instalação destes dois serviços não dependiam da administração. Cada família fazia o seu.

Todavia, é impossível não enfatizar a capacidade da Equipe “A Força do Povo” de encontrar solução a partir dos problemas que emergem na execução do Projeto. Na medida em que a doação de materiais de construção por parte da população em geral vai perdendo intensidade, surge a idéia de “diminuir custos” na aquisição de alimentos por parte dos beneficiários das casas com isto buscando mais recursos a serem investidos nas construções. Não se vê nenhuma solução vinda de fora, todas são pensadas a partir das potencialidades dos agentes locais.

⁶ Atualmente o serviço de abastecimento de água do município de Lages é oferecido pelo Serviço de Manutenção de Água e Saneamento (SEMASA).

A equipe “A Força do Povo” demonstra preocupação com o risco da venda das casas. O quadro número oito apresentam, que as 333 famílias remanescentes ao Projeto Lageano de Habitação 326 diz que sua casa é própria, ou seja, não venderam suas casas, e residem na casa construída através do projeto; Como evitar esta tendência presente tanto em assentamento urbanos como rurais da venda da propriedade. A questão de propriedade das casas e do terreno é citada por Alves (1980, p. 60) “A venda das casas do mutirão, poderia ser evitada através de uma cláusula contratual que da a prefeitura direito de preferência, durante 30anos, em qualquer transação imobiliária”.

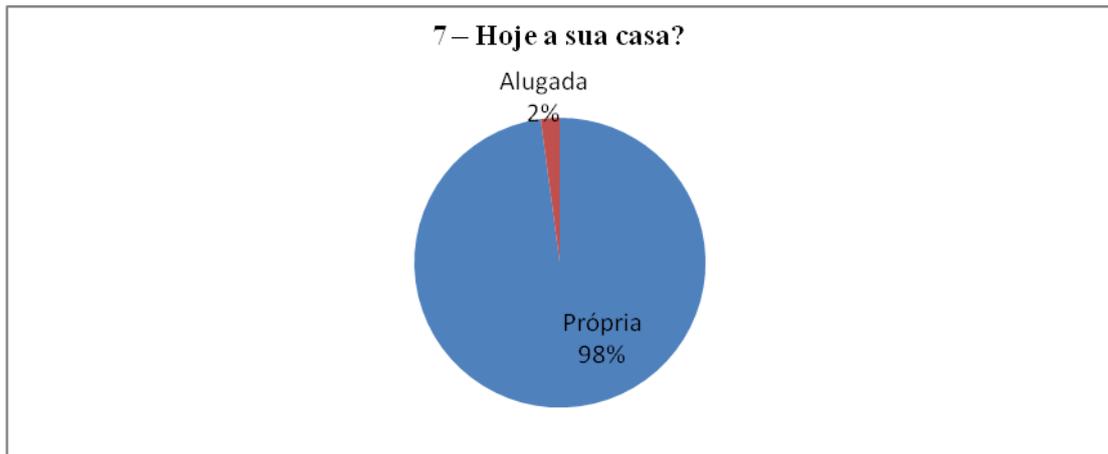
Com relação aos mais de 700 moradores que hoje não residem mais no bairro Habitação, segundo depoimento da moradora da rua das primaveras teria uma relação direta a falta de documento formal de proprietário da casa: *Quando o Dirceu iniciou o Projeto Lageano de Habitação se preocupou em dar conta de construir todas as casas do bairro e não pensou na escritura do imóvel. Quando o prefeito Paulo Duarte estava em campanha política, nos prometeu fazer as escrituras, mas depois de eleito não cumpriu. Eu acho que este foi um dos motivos que facilitou a venda das casas, porque as pessoas não tinham um compromisso assinado em primeiro oferecer o imóvel para a prefeitura, assim como a família beneficiado com o projeto a pessoas interessada em comprar a casa também poderia morar na casa do bairro habitação sem escritura. E mesmo depois que o Dirceu deixou de ser prefeito, muitas ações sociais eram realizadas no bairro habitação atraindo ainda mais a intenção de outros moradores em adquirir um terreno ou uma casa no bairro.*

O depoimento da moradora justifica o número significativo das famílias que deixaram de morar no bairro Habitação nos últimos trinta nos.

Quadro 7 – Condição da casa em que mora

7 – Hoje a sua casa?	
Própria	326
Alugada	7
Não Sabe	
Não Soube Responder	
Total	333

Gráfico 6 – Condição da casa em que mora



Uma das dificuldades enfrentadas pela administração seriam os serviços públicos que deveria ser disponibilizado pelo estado. E a dificuldade por parte dos moradores seria a demora da construção das casas, pois estavam todos ansiosos para a conquista de suas residências devido ao ver a casa de quadras anteriores prontas, e o material sendo utilizado chegar ao fim. As dificuldades de ordem técnica, administrativa e política por parte do poder público na execução do Projeto geram no mundo da subjetividade dos beneficiários medo e insegurança. Quem sente a falta de uma casa, sabe o tempo que precisa esperar para ver satisfeito este direito inalienável. Esta situação foi conhecida e trabalhada pela administração? Na equipe de gestão do Projeto havia preocupação com a multidisciplinaridade no tratamento com a população envolvida? Por exemplo, a presença de profissionais da psicologia, do serviço social, seriam indispensáveis para trabalhar medos, insegurança, ansiedades, sentimentos confessados pela população beneficiária. Aprofundaremos estas e outras questões quando tratarmos de analisar os possíveis processos de educação não formais implementadas ao longo do desenvolvimento do Projeto

Conforme Peixer (2002), a organização social e política orientada pela participação popular da equipe “A Força do Povo” não se deu somente no bairro Habitação, mas em todos os bairros com o slogan “Viva seu bairro”, encontrava-se formas de incentivar a população a constituir associação de moradores a lutar por melhor qualidade de vida, onde a educação, saúde e pavimentação de ruas eram temas recorrentes.

Segundo Alves (1980) o Projeto Lageano de Habitação é a vitrine da administração de Dirceu Carneiro pela sua proporção e pela forma como foi idealizado e construído. Foi através deste projeto que houve a necessidade de outros, como: horta comunitária, que auxiliou na alimentação dos moradores e que se multiplicou em outras oito hortas, espalhadas por todo o

município e o projeto "Gralha azul" em que se apresentava nos bairros um pouco da história e da cultura do povo serrano.

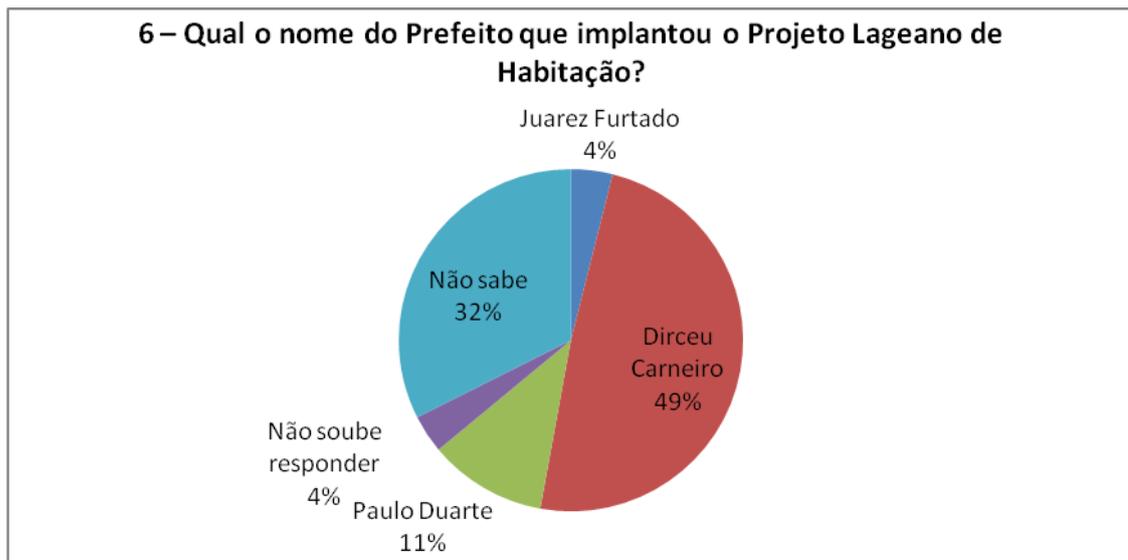
Continuaremos centrados nossa visão e análise nos processos de educação não formais que podem ser identificados na ação coletiva, ou seja, no mutirão que foi a base de sustentação, pelo menos até a metade do trabalho, de construção do Projeto Lageano de Habitação.

A grandiosidade do projeto, e a forma como foi executado, deixou lembranças na memória do povo de Lages e principalmente do bairro Habitação. Quando questionado sobre quem foi o prefeito idealizador do Projeto Lageano de Habitação, das 333 famílias mais de 60% afirma que Dirceu Carneiro e a equipe "A Força do Povo" construíram o projeto. Como mostra o gráfico a baixo.

Quadro 7 – Nome do prefeito que implantou o Projeto Lageano de Habitação

6 – Qual o nome do Prefeito que implantou o Projeto Lageano de Habitação?	
Juarez Furtado	13
Dirceu Carneiro	163
Paulo Duarte	37
Não soube responder	12
Não sabe	108
Total	333

Gráfico 5 – Nome do prefeito que implantou o Projeto Lageano de Habitação



Portanto, a análise da primeira etapa da pesquisa se deu através das 900 famílias entrevistadas. Destas, 333 residem no Bairro Habitação desde 1978. Das famílias que moram no bairro a mais de vinte anos, 133 delas participaram do Projeto Lageano de Habitação. Para

que não haja dúvidas em relação a esta participação que poderia ser como voluntário, funcionário municipal ou beneficiária, questionou-se os entrevistados em relação a sua moradia, como ela foi construída, se através do mutirão e sobre esta indagação 137 famílias responderam que sim, que participaram do mutirão da Habitação. Destas 137 famílias, fez-se uma amostra de 10% delas para que pudessem fazer parte da segunda etapa da pesquisa, apresentada nos parágrafos abaixo.

4.1 O PROCESSO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO LAGEANO DE HABITAÇÃO

Neste item busca-se identificar e analisar possíveis processos educativos que podem ter ocorrido ao longo da construção das casas no Projeto Lageano de Habitação. Ao refletir sobre a educação em seu sentido amplo Gohn (2010), enumera campos diferenciados de educação que envolve a formação do indivíduo como cidadão: educação informal, educação não formal e educação formal. Interessa-nos aqui o conceito de educação não formal. Na década de 1990 este conceito passou a fazer parte das normatizações da educação brasileira pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 e do Curso de Graduação em Pedagogia pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006, lembra Gohn (2010). Esta autora faz um bom inventário da literatura deste conceito e demonstra sua trajetória pelos movimentos sociais, Organizações não governamentais e outras instituições no Brasil. Procura distinguir os três campos de educação da seguinte maneira:

Para Gohn (2010, p.16, grifo nosso) as três educações são caracterizadas como:

A educação formal como aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; **a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos;** e a educação informal como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc..).

Portanto, compreendemos o conceito de educação não formal em nossa análise como a educação que ocorre na vida, no compartilhar experiências em espaços e ações de natureza coletiva. O fato de ocorrer “no mundo da vida” não significa que se dá de processos educativos espontâneos. Os processos que produzem a educação não formal, para usar um termo de Gohn, têm uma “intencionalidade” e proposta. No caso do nosso estudo a grande intencionalidade pode ser identificada no Projeto Lageano de Habitação que envolve futuros beneficiários das casas e a equipe “A Força do Povo”. No processo de educação não formal,

demonstra Gohn (2010, p. 17) “o educador é o “outro”, aquele com quem o individuo interage ou se integra na ação coletiva”. Em nosso campo empírico de pesquisa o outro pode ser o vizinho da futura moradia, a família do beneficiário, o membro representante da equipe de administração municipal. Para este pode ser identificado o outro membro da equipe, os moradores, os doadores de materiais de construção. O local da educação não formal se dá fora do espaço escolar, em locais informais, onde há “processos interativos intencionais” diz Gohn (2010, p.17). Em nosso espaço o local privilegiado é o onde se estabelecem as relações sociais e onde opera o Projeto Lageano de Habitação. Finalmente, Gohn (2007, p.15) expressa a finalidade desde campo educacional:

A educação não formal pretende formar cidadãos aptos a solucionar problemas do cotidiano, desenvolver habilidades, capacitar-se para o trabalho, organizar-se coletivamente e apurar a leitura e compreensão do mundo.

Até os anos de 1980, segundo Gohn (2010), os processos de educação não formais considerados relevantes sejam no campo da academia, pelos educadores populares e pelas políticas públicas. O Projeto Lageano de Habitação ocorreu na passagem da década de 1970 para a de 1980.

O processo de educação não formal no Projeto Lageano de Habitação teve seu reconhecimento por sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com o Projeto. Alves (1980), nosso autor privilegiado neste trabalho foi um visitante especial do Projeto. Um jornalista, político reconhecido nacionalmente como deputado federal. Ao conhecer o governo “A Força do Povo” de Dirceu Carneiro, vem a Lages e descreve a maior parte das ações realizadas com a administração e a população. Vê nestas ações dois aspectos que para o jornalista são fundamentais: o exercício da “participação popular” e da “democracia participativa”. Através de livro expõe para o pai a experiência de governo municipal de Lages, inclusive sendo reconhecida no exterior.

O Projeto Lageano de Habitação foi objeto cobiçado também em algum ambiente acadêmico da época. Alves (1980), lembra de um estudante de arquitetura da cidade do Rio de Janeiro, que após ter participado de um congresso em Brasília onde estavam alguns funcionários da Prefeitura Municipal de Lages apresentando o Projeto Lageano de Habitação, meses depois envia uma carta para a prefeitura solicitando a possibilidade de fazer seu estágio de conclusão de curso no Projeto. Durante seu estágio no mutirão da Habitação ficou conhecido como “Rei Barbudo”.

No trabalho de campo pode-se identificar maneiras como os participantes, futuros beneficiários das habitações, envolveram-se no processo de educação não formal. Impressiona o caso da moradora da rua Bragatinga em entrevista novembro 2011:

Fui analfabeta durante anos, na verdade aprendi a escrever meu nome quando meus filhos iniciaram na escola. Mas isto não me fez desistir de sonhos, o mutirão da construção da minha casa foi ótimo para mim e para meus filhos. Sempre tinha uma impressão de que precisa devolver ao bairro Habitação, aos moradores algo, pelo que fizeram, como nos anos 1970. E por isso após ter os filhos criados me candidatei a presidente do bairro e durante dois mandatos tentei fazer o que os funcionários da prefeitura nos diziam quando estavam construindo nossas casas “dar o melhor”, fazer o melhor e acho que consegui. Porque fui reeleita. (Informação verbal).

A informante confessa-se analfabeta funcional. Nunca teve à educação escolar ou formal. Aprendeu com a vida em processos educativos informais e não formais. No Projeto experimentou o princípio da reciprocidade que Marcel Mauss em seu Ensaio do Dom (1924), denomina “a rocha da sociedade”. O alicerce da sociedade reside nas diferentes formas de reciprocidade que se estabelecem na vida social. Portanto, a reciprocidade é vista por este estudioso da etnologia francesa como o fundamento das relações sociais. A entrevistada no sentir a “obrigação de dar”, para materializar a reciprocidade, candidata-se a presidente da associação de moradores orientada por valores, princípios aprendidos no mutirão. Conclui avaliando com êxito a sua iniciativa aprovada pela população de seu bairro.

Na entrevista de janeiro de 2012, Dirceu diz “todas as pessoas que passaram pelo processo do mutirão seriam melhores” e o exemplo da moradora citado acima é um deles. Para Gohn (2010), este aprendizado, gerado através da comunidade, é um processo de formação de indivíduos como cidadão, articulando a comunidade educativa ao um sonho. A informante sente-se capaz para se apresentar como candidata de uma organização social-associação de moradores – um espaço privilegiado para o exercício da educação não formal. Uma associação de moradores pode ser uma semente multiplicadora de novos sujeitos cidadãos. A intencionalidade de uma associação de moradores está no desenvolvimento de ações em benefício dos moradores associados. Diferentes processos de educação não formais podem ocorrer com indivíduos ou a coletividade dos moradores do bairro.

Os educadores no processo desenvolvido no bairro Habitação através do Projeto Lageano de Habitação é o morador ao lado, quando incentiva a participar das reuniões, propõe alternativas para resolver problemas comuns na construção das casas ou até mesmo o pedreiro ou marceneiro que ensina o outro a construir sua casa. As necessidades no projeto eram enfrentadas por todos, comunidade e administração municipal. E para construir 690

casas populares de quarenta metros quadrados devem ter enfrentado vários obstáculos a exemplo do que pudemos refletir atrás.

Quando nos reportamos às dificuldades vivenciadas no Projeto pelos futuros beneficiários das casas e a equipe “A Força do Povo” focou-se na falta de madeira e a escassez de materiais de alvenaria, como o cimento, por exemplo. A substituição tanto da madeira como do cimento deu-se por sugestões ou proposições de trabalhadores envolvidos no mutirão, sendo a maioria deles beneficiários. Estamos diante de um saber e de um fazer oriundos da prática, da experiência acumulada pelos anos de profissão destes trabalhadores. Devemos lembrar que grande parte deles estiveram envolvidos nas atividades das serrarias. Portanto, o trabalho com a madeira não lhes era estranho.

Para Gohn (2010, p. 17) estes exemplos podem ser comparados ao “[...] educar social, sendo o grande educar o outro, aquele com quem interagimos ou nos integramos nas ações.” O educador não é somente quem detém a inteligência, o conhecimento, e sim aquele que divide seus saberes, algo que se verificou no projeto, pois as pessoas sentiam desejo de dividir, como no caso da bragatinga citado acima. Esta relação de educador educando, que aconteceu no Projeto Lageano de Habitação, é menos burocrática, respeita-se o tempo do educador e do educando. O princípio que torna esta forma diferente da educação formal, neste projeto, é que o educador de hoje será educando amanhã e o educando de hoje será educador amanhã e se não for educando será um cidadão melhor para si e para os outros.

Refletindo acerca do espaço da educação não formal, Gohn (2010, p. 17) afirma que, “[...] os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, onde a intenção é um elemento importante de diferenciação.” Primeiro que o espaço do Projeto Lageano de Habitação se constitui num espaço essencialmente educativo. Um espaço de múltiplas culturas, onde todos poderiam ser ouvidos, e suas idéias poderiam ter força transformadora. Segundo Vanei Ribeiro⁷ entrevistado em janeiro 2012: *“O povo já estava acostumado a trabalhar na chuva, com fome, ele queria era terminar suas casas e ter onde abrigar sua família, o processo é esse, a forma é esta, vamos trabalhar. E talvez seja esse o grande exemplo deixado pelos moradores aos seus vizinhos e à administração municipal.”* (Informação verbal).

É preciso reconhecer que o trabalho é um dos aspectos que diferencia a espécie humana dos demais animais. O trabalho é essencial no desenvolvimento da condição humana e da construção do mundo. Como negar que o trabalho foi um elemento disparador de

⁷ Vanei Ribeiro foi secretário de material e manutenção da Prefeitura Municipal de Lages durante o período de 1977 à 1982.

processos não formais junto aos sujeitos envolvidos no Projeto Lageano de Habitação? Qual a grande intenção deste trabalho alicerçado na consciência do mutirão, na ajuda e cooperação? Era o sonho da casa própria e com ele a constituição do bairro.

O exemplo da moradora da rua dos Cedros:

Eu tinha medo de perder o terreno e morei de baixo de uma lona com meus cinco filhos durante oito meses, e foi eu que comecei a construção da minha casa, meu marido ainda trabalhava na extração de madeira e vinha pra casa a cada quinze ou vinte dias, o dinheiro era pouco, então fiquei aqui esperando chegar a minha vez para iniciar a construção da casa. Quando o Tergino disse que na próxima semana seria a minha casa a ser construída, pedi a Deus para meu marido chegar, pois seria ele homem a carregar os materiais para nosso terreno, mas infelizmente ele não chegou a tempo de ajudar. Solicitei então a ajuda das vizinhas, foi-nos mulheres que iniciamos minha casa, fazendo os buracos, puxando tijolos, área e todo o material para que no dia seguinte os funcionários da prefeitura iniciassem a construção da minha casa. Dois meses depois estava na minha casa, sem piso, sem janela, somente as paredes e o teto. Mas, era melhor e mais seguro que na lona. (Informação verbal).

Na identificação de processos de educação não formal, novamente as mulheres são protagonistas. Fazem o mutirão no transporte de materiais, facilitando o trabalho de edificação das casas. A informante revela o significado que a casa tem para quem demanda uma habitação. As paredes e um teto já fazem a casa sonhada. Afinal construir uma casa em mutirão é um grande aprendizado. Os valores da cooperação, da participação, da solidariedade são exercitados constituindo a prática da educação não formal que permeia o Projeto em meio das suas dificuldades e dos avanços que foram possíveis realizar.

Indagada sobre as experiências vividas neste período, a moradora emocionada respondeu que *“jamais em toda a vida aprendi tanto, com tantas pessoas como durante a construção da minha casa e das casas do projeto.”* (Informação verbal). *“[...] cozinhar em uma lata de leite vazia, escrever seu nome, torrar café no pilão, assentar tijolos, peneirar área entre outras coisas que a memória não ajuda a lembrar.”* (Informação verbal).

As narrativas acima permitem afirmar que em cada prego fixado, em cada tijolo há um processo de educação não formal, que poderia ser contado por cada morador do bairro Habitação, por cada um dos integrantes da equipe “A Força do Povo”, por cada funcionário público que viu o sonho do prefeito Dirceu Carneiro transformar-se em realidade.

O depoimento de Salvador Rogério, servidor público municipal na secretária do Bem Estar Social, descrito em Alves (1980, p.55), se referindo ao aprendizado deixado pela equipe “A Força do Povo” e dos moradores beneficiados com o projeto:

Como é que não vou me emocionar com o projeto? Aquilo lá é um pedaço de mim. Eles ensinam a gente a ser gente. Todos os fins de semana vou para lá, com a minha mulher e os meus filhos. E afirma um sujeito que está na sua casinha vira um gigante. E quem mora lá é um pessoal que a única coisa que sabe ter é ter esperança.

E prossegue seu depoimento afirmando que as ideias no projeto vaporizam-se: “[...] as ideias entram por dentro das pessoas como se respirassem vapor. E é verdade. Basta alguém ter uma boa iniciativa, que ela se torna rapidamente conhecida, é assumida pelos demais como se fosse um bem comum.” (ALVES, 1980, p. 55).

Na perspectiva analítica de Gohn (2010) estes depoimentos caracterizam processo de educação não formal, pois não são herdados de algo ou alguém, mas sim adquiridos, assumidos, repetidos. Tornando-se algo que algum dia foi de alguém, tornando-se “ser”, um cidadão do mundo. Os objetivos não são dados, constroem-se através do processo interativo, gerando um processo educativo. O modo de educar é construído com o resultado do interesse dos participantes da comunidade, que está lá para todos verem.

As maiores transformações acontecem, na mente das pessoas, com ideias positivas, sem deixar abater-se com as possibilidades que são postas à prova todos os dias. A invenção do Mutirão aconteceu dentro da cabeça das pessoas. Em primeiro lugar, na cabeça de quem trabalha na Prefeitura, estivesse ou não ligado diretamente ao projeto. (ALVES, 1980).

Esta transformação por meio do Projeto Lageano de Habitação é descrito por Sergio Sartori⁸:

[...] era o início de um bairro, e não de um amontoado de casas, além de casas é o suor do poder público e da comunidade. [...] Vejo que aquelas pessoas não entraram como pessoas que não sabiam de onde vinham, mas alguém que se conhece no processo de construção das residências, que conhecem o poder público, o responsável pelo banco de materiais, que sabe o nome de todos os companheiros que lhe ajudaram. [...] o povo estava acostumado ao coronelismo ao mandonismo, em dar, não em receber, o que o Dirceu fez com este povo foi conquistar, e o que é melhor, muitos aprenderam a lição. (Informação verbal).

Mais uma constatação de um processo de educação não formal que rompe com paradigmas, com modelos de relação de poder. Como vimos no contexto social e político que antecede a prática política de Dirceu Carneiro caracterizado por relações sociais e políticas coronelistas e assistencialistas, aqui pode-se identificar o exercício ativo da cidadania na conquista do direito à moradia pelos próprios sujeitos beneficiários numa relação aparentemente menos vertical.

Os principais atributos da educação não formal, para Gohn (2010, p. 20), “[...] é desenvolver laços de pertencimento, ajudando na construção da identidade coletiva do grupo.” Estes atributos vão ao encontro da fala de Dirceu, quando questionado sobre a satisfação que

⁸ Sergio Sartori foi funcionário público durante a gestão do prefeito Dirceu Carneiro, porém não estava envolvido diretamente na execução do Projeto Lageano de Habitação.

o projeto pode lhe oferecer respondeu: “[...] primeiro em poder ajudar as famílias a terem onde morar, onde abrigar, dar dimensão ao sonho da casa própria e com um razoável conforto, saneamento, escola, segurança. Algo que não teria sem o projeto.” (Informação verbal). E quando a mesma pergunta foi feita para os moradores remanescentes do Projeto Lageano de Habitação, a resposta foi unânime, mas exemplificarei com o que disse a moradora da rua Uvaieira:

Sem a ajuda da prefeitura não sei quando eu poderia ter a minha casa, às vezes penso “e se não estivesse onde morar” o que seria da minha família, criar meus filhos de casa em casa de aluguel, e pagar como? Não sei se o seu Dirceu sabe, mas ele é lembrado sempre por minha família, sem ele não sei se seríamos capazes de ter e ser o que somos hoje. (Informação verbal).

Segundo Alves (1980), o verdadeiro mutirão inicia quando a casa é entregue para os proprietários. São convocados: tios, amigos, compadres, colegas de trabalho e vizinhos para juntos darem o toque especial, pois o acabamento da casa ficava por conta de cada morador. É nestas situações que aflora o espírito de companheirismo mais uma vez: aquele que sabe pintar ensina e ajuda a pintar, aquele que sabe colocar a porta e a janela de madeira ajuda ou a coloca, assim as casas ficam com a forma de seus donos.

No Anexo 10 está uma foto de uma casa em 1992 e as mudanças apontadas por Alves (1980) já realizadas. Sua forma e estrutura mudaram desde 1978.

Peixer (2002, p. 168), quando descreve sobre a valorização do espaço, território adverte para a importância de: “Perceber o local não como uma unidade homogenia, mas como um espaço complexo onde interagem indivíduos, grupos, histórias, trabalhos, memórias, significados e significantes entre outras dimensões [...] Pode-se dizer, como um espaço privilegiado de participação popular”.

Os depoimentos ouvidos revelam a diversidade de significados que a casa passou a ter para seus beneficiários. Realmente um espaço polissêmico, onde se entrecruzam pessoas, grupos, trabalho, memórias, satisfação, um direito conquistado. O contexto para a educação não formal, segundo Gohn (2010, p. 18), “Ocorre em ambientes e situações interativas, construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa. [...] Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes”.

Segundo o mesmo autor estas experiências vividas são o retrato da educação não formal:

A maior importância da educação não formal está na possibilidade de criação de novos conhecimentos, ou seja, a criatividade humana passa pela educação não formal. O agir comunicativo dos indivíduos, voltado para o entendimento dos fatos e fenômenos sociais cotidiano, baseia-se em convicções práticas, muitas experiências

anteriores, segundo as tradições culturais e as condições histórico-cultural de determinado tempo e lugar. (GOHN, 2001, p.104).

É neste contexto de troca de saberes que cito a fala da moradora da rua Helio Bosco de Castro, em entrevista no mês de novembro de 2011: após terminada sua casa ela e as vizinhas se encontravam ao anoitecer para juntas dividirem conhecimento, ela tinha uma sabedoria em fazer crochê, outra em dar o ponto no café, uma receita antiga que se faz para que o café fique mais forte, misturando aos grãos um pouco de açúcar queimado. Estas aulas eram feitas na casa de uma comadre, pois na troca dos ensinamentos ocorria conserto de roupas. No final do encontro, voltavam para casa com o café moído, roupas consertadas e a aula de crochê em dia.

Administração de Dirceu Carneiro juntamente com a equipe “A Força do Povo”, mesmo sem saber estava proporcionando aos futuros moradores do bairro Habitação uma educação não formal, tornando-os cidadãos participantes das decisões. Primeiro na construção das casas, na escola Mutirão e nas decisões do bairro através da associação de moradores.

Esta forma democrática de escolha de um morador para levar as necessidades de seu bairro para a prefeitura é também uma educação não formal. Os moradores aprendem com exemplos e se motivam a ajudar a melhorar o bairro com o passar do tempo.

O que significa a autonomia dos sujeitos, termo tão proclamado, mas pouco esclarecido? Entende-se que a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e expressar-se por conta própria. Os sujeitos autônomos vêem e aceitam as diferenças e as singularidades das pessoas e das regiões do mundo; acatam e assumem a diversidade cultural dessas pessoas; olham para suas crenças e valores como algo constitutivo do ser humano; aprendem a dialogar com o diferente e as diferenças sem ter como meta aniquilá-los ou vencê-los a qualquer custo, buscando o diálogo para uma aprendizagem que leve ao entendimento, à construção de consensos, e não para apropriar-se/apoderar-se do saber do outro, aniquilando-o. “Os indivíduos adquirem autonomia quando constroem um campo ético e político de respeito ao outro, seja amigo, seja adversário, jamais vendo este outro como membro de sua teia pessoal de relações.” (GOHN, 2008, p.33).

Conforme Gohn (2005, p. 103), “a produção de conhecimento ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problemas”.

O projeto revestia-se de grandiosidade e ousadia por parte de uma Administração que se colocava, com sua gestão e desenvolvimento de políticas públicas, muito à frente do que se imaginava naquele período marcado pelo regime ditatorial. Pelo fato daquela administração pautar-se ideologicamente na oposição, não havia garantia de recursos ou parcerias da parte dos governos do Estado e da União. Por isso, muitas ações projetadas pela “Força do Povo” somente foram executadas em administrações posteriores, como: pavimentação das ruas, construção do centro comunitário, associação de moradores, etc.

A forma democrática que norteou a construção do bairro habitação, também foi palco para a construção e aprendizagem das crianças. A observação dos pais na comunidade também promoveu educação, já que a construção ocorreu baseada na democracia participativa com a ajuda dos moradores e com eles a construção da educação de seus filhos. Na escola não haveria desigualdade de classes, pois todos estavam morando no mesmo bairro e suas histórias seriam semelhantes.

Segundo Peixer (2002), o Projeto Lageano de Habitação se transformou em um laboratório de participação popular, onde todos poderiam ensinar e aprender. As atividades, consideradas pouco para uns, eram muito importantes para outros e as ideias desenvolvidas no projeto eram bem aceitas e transformadas em experiências vividas e melhoradas por todos.

A experiência vivida através da organização da associação de moradores do Bairro Habitação, analisada sob o ponto de vista dos moradores. Na apresentação da chapa para a eleição por voto direto e universal não se apresentou nenhum candidato a presidente. Imediatamente, a administração municipal atuou, apresentando como candidato um possível morador do bairro e funcionário público. Isto significou a presença de um “agente interventor público”, legitimado pelo voto popular. Fato considerado natural pelos acontecimentos políticos estaduais e nacionais que estavam acontecendo, este agente público caracterizado como administração municipal foi

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma aranha executa operações semelhante às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX apud GOLDENBERG, 2001, p.74).

Com base nos parâmetros de análise para trazer à luz o contexto social, econômico e político no qual foi concebido e desenvolvido o Projeto Lageano de Habitação, descrito no texto, conclui-se que a cidade de Lages e região serrana, neste período histórico da década de 1940/1980, experimentavam um modelo de desenvolvimento social e econômico insustentável. O período da atividade da madeira encontrava-se esgotado, deixando as florestas de pinheirais devastadas, serrarias fechadas e sem ter distribuído equitativamente na sociedade serrana as riquezas produzidas.

A cidade de Lages encontrava-se com sua população triplicada, observada como um “inchamento populacional”, configurando uma periferia ampliada, extremamente empobrecida e uma população que demandava infraestrutura urbana, desde água, esgoto, energia, serviço de saúde, educação e trabalho. A cidade não tinha condições de atender a demanda deste nicho populacional. Politicamente formou-se um contexto favorável ao desenvolvimento de práticas políticas populistas e clientelistas. Se na década de 1970, a primeira administração (1972/1976) de fato praticou um “populismo de massa”, a segunda, da equipe “A Força do Povo” (1977/1982), no marco de seus limites e possibilidades, apostou no potencial da população e na capacidade de sua equipe de governo. Então, os princípios e práticas de participação e organização popular orientaram um modelo de administração inédito para aquele contexto, denominado de democracia participativa.

É neste ambiente cultural, político e econômico que a administração implementou inúmeros projeto e programas, visando a organização da população para resolução de seus problemas, entre eles, o Projeto Lageano de Habitação.

A maneira como a população se organizava foi caracteriza de processo de educação não formal, onde a comunidade organiza-se e multiplica-se ao mesmo tempo, divide o conhecimento e experiências, e multiplica-se quando se trata do mutirão para a construção das moradias. Está maneira de multiplicar conhecimento é denominado de educação não formal, e este processo não foi esquecido com o tempo, a maneira de resolver problemas de ordem

comunitariounião e mutirão para resolver os problemas da comunidade foi encontrado em outras obras desenvolvidas anos mais tarde no bairro Habitação, como: a pavimentação das ruas na década de 1990, depois com a permanência da associação de moradores atuante, construindo uma sede para as reuniões com os moradores, próxima à escola Mutirão; construção da casa mortuária ao lado do campo de futebol (esta casa mortuária foi construída em homenagem a uma religiosa que muito ajudou no mutirão da Habitação, Irmã Enezita, com a participação dos moradores, resgatando o mutirão de construção das casas); a continuidade dos jogos de futebol iniciados nos 1980 e que são organizados até hoje pelo Sr. Rogério, um dos moradores que fez parte do Projeto Lageano de Habitação.

Partindo da complexidade dos problemas de cada bairro, o “Projeto Lageano de Habitação” procurou trabalhar todos os problemas através de uma só iniciativa. Pode-se compreender que as intenções políticas e ações práticas da administração representaram um lado da moeda em causa. O outro residiria no ponto de vista e na situação da população beneficiária. Tome-se um caso para ilustração.

O Projeto Lageano de Habitação, no que tange à construção das casas de seus moradores, apostava no mutirão, ou seja, contava com a participação dos moradores na construção das casas. O outro princípio fundamental consistia no aproveitamento de material de construção recolhido pela prefeitura por ocasião da demolição de moradias da cidade. Ocorre que faltou esta matéria-prima em plena execução do mutirão. Isto trouxe para os futuros habitantes do bairro a incerteza de que muitas das casas projetadas não alcançariam êxito na sua construção.

O aprendizado deixado após a pesquisa de campo para os entrevistadores é que as experiências vividas ainda estão vivas nas cabeças e no coração das pessoas que participaram do projeto. O que na época foi considerado por Alves (1980) como sendo um problema: a venda das casas, de fato aconteceu. Um pouco mais de trinta anos após o Projeto Lageano de Habitação observa-se que a preocupação era pertinente, pois mais de 80% dos moradores que fizeram parte do Projeto Lageano de Habitação em 1978 não estão morando nas casas onde foram beneficiados pelo mutirão.

Na introdução desta dissertação, cito minha família como principal incentivo a escrever sobre o Projeto Lageano de Habitação, e o resultado da pesquisa de campo mostra que somente 130 famílias que foi beneficia com o Projeto na década de 1970 ainda reside no bairro Habitação. Minha mãe faz parte destas 130 famílias, embora sozinha não deixa a casa construída por ela, meu pai e meus irmãos. Tem sobre a casa uma sentimento de posse,

diferente talvez das pessoas que venderam e por situações econômicas precisam mudar de Lages para outros municípios.

Minha mãe diz que sua vida esta relacionada com a casa, e se ela sair ou vender a casa sua vida não terá sentido. Foi a primeira e única edificação dela durante seus 65 anos de vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marcio Moreira. **A força do Povo: democracia participativa em Lages**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ARRUDA, Glacy Clóris Duarte. **Metodologia Científica**. Curitiba: Camões, 2008.
- AUED, B. W.; VENDRAMINI, C. R. O campo em debate. In: _____. (Org.). **Educação do Campo: desafios teóricos e práticos**. Florianópolis: Insular, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOAVENTURA, Edvaldo M. **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.
- CALAZANS, Maria Julieta. (Org.). **Produção de educação e cultura popular: a experiência de Lages. (1977-1982)**. 1983. Relatório de Pesquisa. Finep/Fapeu/UFSC, 1983.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas cidades, 1975.
- COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens: Sua História e Influência no Sertão da Terra Firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. Volume II.
- COUTO, José Batista Correia. **Educação e participação popular: A trajetória da associação de moradores do bairro Habitação (1978-1983) – Lages SC**. 2008. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, Lages, 2008.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- FESTA DO PINHÃO. Disponível em: <<http://www.buenas.com.br/Lages/htm/mat2004.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. (Org.). **Não-fronteiras: universo da educação não-formal**. São Paulo: Itá Cultural, 2007.

GOLDEBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOFF, Débora Nayar; SIMIONI, Flávio José. **O setor base florestal na serra catarinense**. Lages: Uniplac, 2004.

KERLINGER, Fred Nichols. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU; EDUSP; INEP, 1980.

LOCKS, G. A. **Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito, SC**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MAPA de Santa Catarina. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w1>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTENDAL. A. C. **Processos produtivos e Trabalho-Educação**: a incorporação do Caboclo Catarinense na Indústria Madeireira. 1980. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

MARTINS, Gilberto de Andrade; Theóphilo, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina. **Projetos de Pesquisa**: elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

MUNARIM, A. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages**. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

PASSADOR, Luiz Henrique. **O campo da antropologia**: constituição de uma ciência do homem. In: Antropos e Psique: O outro e sua subjetividade. GUERRIERO, Silas (org.) São Paulo: Olho d'Água, 2001. p.29-49.

PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; SILVA, Vini Rabassa da. (Org.) **Controle Social de Políticas Públicas**. São Paulo: Paulus, 2007.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Uniplac, 2002.

RODRIGUES, D. P.; AZZI, L. G. Controle Social e fragilidade da sociedade civil. In:

SALOMON, Délcio Vieira. **A maravilhosa incerteza: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia.** São Paulo: Nova Cultura, 1989.

SILVA, Rony Petterson. **Movimentos, organizações sociais e educação popular: Uma educação para além da sala de aula.** 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, Lages, 2009.

SILVEIRA, Claudio. **História da indústria da madeira: serra catarinense.** Lages: Ed. do autor, 2005.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social.** São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Ana Rita de. A instituição escolar em Lages, no contexto de uma administração participativa (1977-82). 2000. 196f. Dissertação - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens. Sua história e influência no sertão da terra firme.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOCKS, G. A. et al. **Caminho das Tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina.** Lages: Uniplac. 2006.

MOSER, Giancarlo. **História da Educação.** Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma revolução democrática da justiça.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. **Metodologia do Trabalho Acadêmico.** Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 - Perguntas da primeira etapa da pesquisa de campo

1 – Há quanto tempo reside no bairro Habitação?

- De 5 a 10 anos ()
- De 10 a 15 anos ()
- De 15 a 20 anos ()
- De 20 a 30 anos ()
- Não Soube Responder ()
- Não Sabe ()

2 – Participou da construção das residências do Projeto Lageano de Habitação?

- Sim ()
- Não ()
- Não Soube Responder ()
- Não Sabe ()

3 – Sua residência foi construída em regime de mutirão, conforme previa o Projeto Lageano de Habitação da Prefeitura?

- Sim ()
- Não ()
- Não Soube Responder ()
- Não Sabe ()

4 – Qual a origem do material de construção utilizado em sua casa?

- Doação da sociedade ()
- Doação da Prefeitura ()
- Recursos próprios ()
- Não soube responder ()
- Não sabe ()

5 – Qual o nome do Prefeito que implantou o Projeto Lageano de Habitação?

- Juarez Furtado ()
- Dirceu Carneiro ()
- Não sabe ()
- Não soube responder ()

APÊNDICE 02 - Passos para a pesquisa de campo.

Passo 1: De posse do mapa do bairro Habitação serão designadas as ruas a serem pesquisadas por cada um dos pesquisadores de campo.

Passo 2: De acordo com o número de residências será distribuído material necessário para o levantamento de dados.

Passo 3: Com material devidamente distribuído, os pesquisadores receberão orientações gerais do projeto de pesquisa: contexto histórico, problematização, objetivos gerais e específicos e metodologia de investigação.

Passo 4: Realização do trabalho de campo.

Passo 5: O coordenador do projeto realizará verificação em 1/10 de cada logradouro para confirmar o levantamento feito pelo pesquisador. No caso de inconsistência, o logradouro deverá ser repetido por outro pesquisador.

Passo 6: Feito o levantamento, os dados serão processados através de planilha eletrônica, destacando Área de Pesquisa, Logradouro, Número da Residência, Questões 1, 2, 3, 4, 5, e nome do pesquisador.

Passo 7: Tratamento estatístico e dados preliminares.

Passo 8: Identificação das famílias a serem investigadas na segunda fase da pesquisa.

APÊNDICE 03 - Perguntas da segunda etapa da pesquisa de campo

- 1 - Já eram moradores do município de Lages?
- 2 - Se não, de qual município, região e estado vieram?
- 3 - Qual foi o motivo da vinda para Lages?
- 4 - A família trabalhou na extração de madeira araucária?
- 5 - Como soube do Projeto Lageano de Habitação?
- 6 - Recebeu ajuda para a construção de sua casa?
- 7 - Participou do mutirão de construção das casas?
- 8 - Houve dificuldade na construção das casas?
- 9 - Como acontecia o mutirão de construção das casas?
- 10 - Como era conseguido o material para a construção das casas?
- 11 - Qual era a contrapartida exigida pela Prefeitura?
- 12 - Qual a contrapartida dos moradores beneficiados exigida pela Prefeitura?
- 13 - Quanto tempo foi necessário para a construção de sua casa?
- 14 - Além da construção do Projeto Lageano de Habitação, participou de outros projetos desenvolvidos pela administração municipal?
- 15 - A família originária que participou da construção do bairro ainda reside no bairro?

APÊNDICE 04 - Perguntas para os integrantes da equipe “A Força do Povo”

- 1 – Como foi concebido o projeto?
- 2 - Por que foi concebido o projeto?
- 3 - Qual seu grau de responsabilidade na implantação do Projeto Lageano de Habitação?
- 4 – Como tiveram a ideia de solicitar a participação do povo?
- 5 – Quais eram os requisitos para se tornar um contemplado na construção da casa?
- 6 – Funcionário ou filiados políticos teriam preferência?
- 7 – O projeto aconteceria após um tripé: terreno, material e mão de obra. Como chegaram a este tripé?
- 8 – A necessidade de moradias existia antes da administração “A Força do Povo”, o projeto também foi pensado pelos idealizadores antes das eleições de 1976?
- 9 - No decorrer do projeto, quais foram os maiores entraves?
- 10 – No decorrer do projeto, quais foram as maiores satisfações?
- 11 – Em algum momento a equipe pensou que o projeto não daria certo?
- 12 – A questão da participação era um ideal do MDB ou da equipe “A Força do Povo”?
- 13 – Hoje, após trinta anos, quais as avaliações e quais as lições do Projeto Lageano de Habitação?

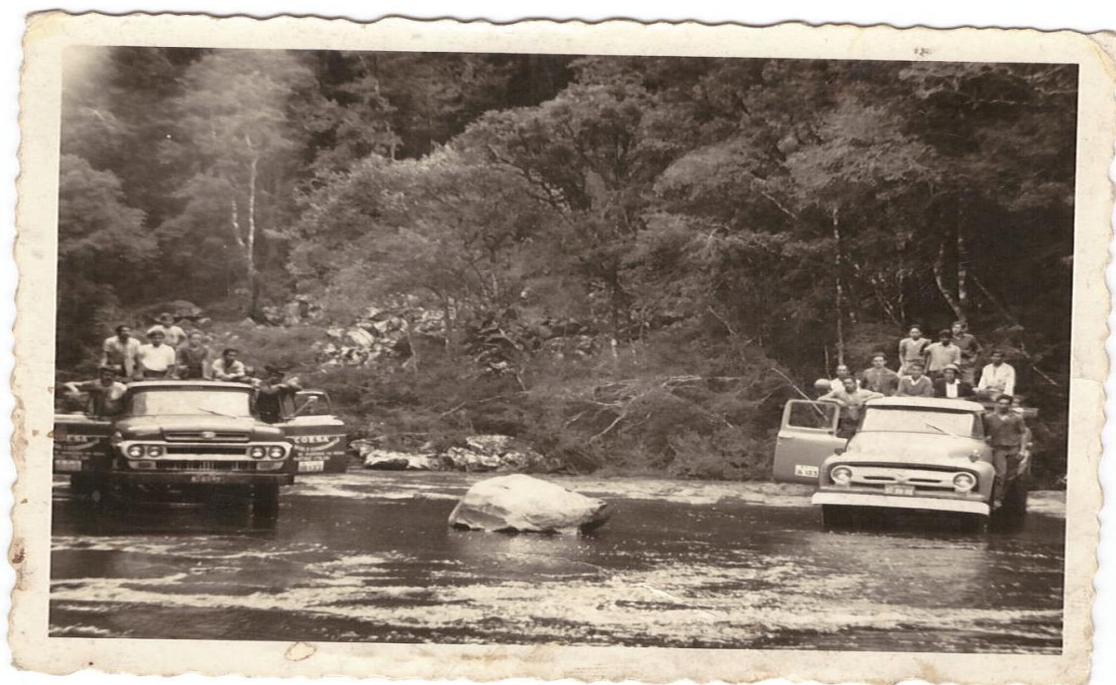
APÊNDICE 05 - Previsão de despesas da pesquisa de campo.

Previsão de Despesas

Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Material de Expediente:			
Cópias da enquete	945	0,10	R\$ 94,50
Cópias do consentimento de participação na pesquisa	945	0,10	R\$ 94,50
Material didático pedagógico:			
Canetas	20	1,20	R\$ 24,00
Crachá de identificação dos entrevistadores	20	2,00	R\$ 40,00
Pranchetas	20	12,00	R\$ 240,00
Total de Material de Consumo			R\$ 493,00

ANEXOS

ANEXO 03 – Fotos dos meios de transporte das famílias, quando migravam para Lages.

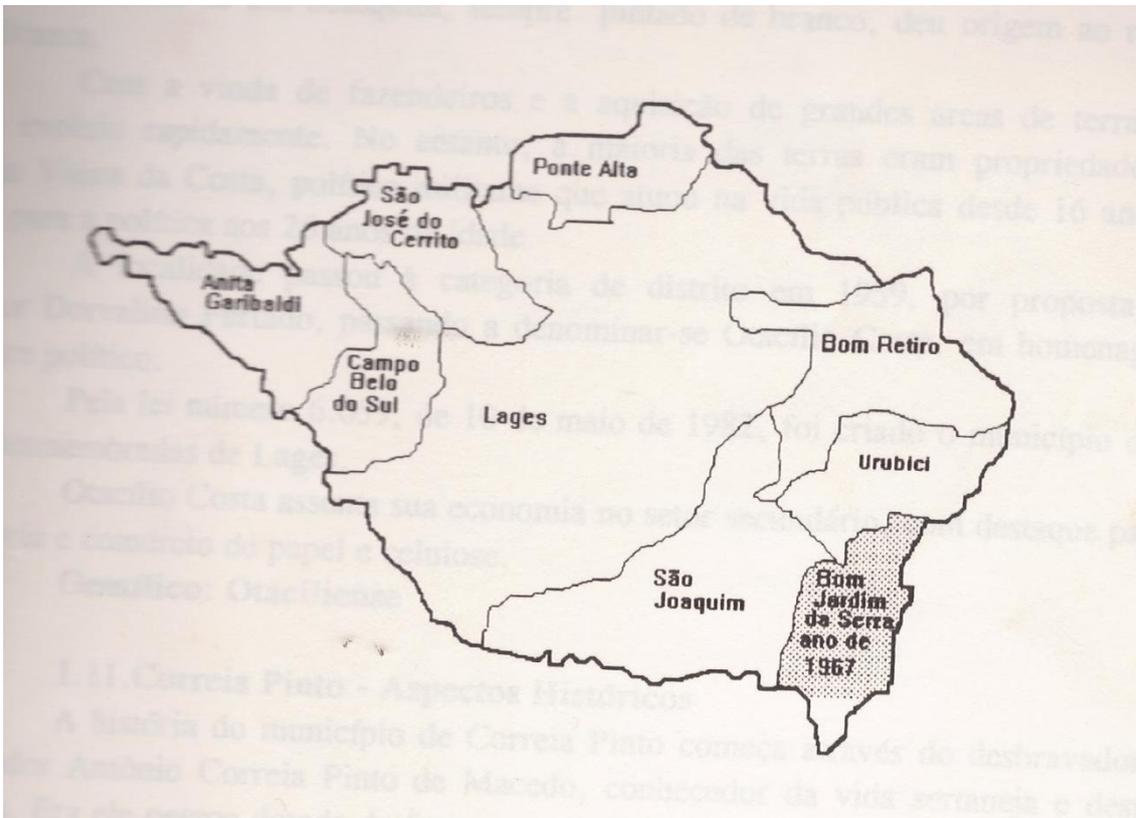


Fonte: Acervo da mestrandia



Fonte: Acervo da mestrandia

ANEXO 04 – Mapa da AMURES.



Fonte: Plano Básico de desenvolvimento regional (1994)

ANEXO 05 – Jornal A Gazeta (1964)

ANEXO 06 – Declaração da Enfermeira do Posto de Saúde do Bairro Habitação.



PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA MUNICIPAL
DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**RECEITUÁRIO**

NOME: _____

Declaração:

Declaro para devidos fins, de minha pessoa que nesta Unidade de Saúde da Habitação, da área 08 constam 900 famílias sendo acompanhadas pelos seus respectivos agentes comunitários

12.11.12.

DATA

Bruna Garcia Heinzer
Enfermeira

Coren-SC 007.493

~~_____~~

BGH

ANEXO 07 – Mapa do bairro Habitação.

ANEXO 08 – Mapa do bairro Habitação, dividido em cinco regiões para segunda etapa da pesquisa.

ANEXO 09 – Casa construída no Projeto Lageano de Habitação, imagem do ano 1992.



ANEXO 10 – Meios de trabalho nas serrarias.

